



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES- FICS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

LIANA BIZINOTTO TONELLI

**ANÁLISE E ESTUDO DOS FATORES DA EVASÃO/ RETENÇÃO NO CURSO
SUPERIOR DE TERAPIA OCUPACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO – UFTM UBERABA NO QUINQUÊNIO 2010 A 2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales- FICS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Susana Marília Barbosa Galvão

Assunção – Paraguai

Dra. Susana M. Barbosa Galvão

AGRADECIMENTOS

Dedico a Deus, em quem deposito minha fé particular. Quem me ilumina e me dá forças para superar os obstáculos;

A minha família, por serem meu suporte, minha base e força, apoiando-me incondicionalmente;

Ao meu querido esposo Danilo, e às minhas queridas filhas Bruna e Gabriela, que souberam entender minha ausência nos muitos momentos desde que ingressei no mestrado, até sua conclusão;

A todos os professores e colegas que me auxiliaram nas atividades durante o mestrado.

RESUMO

As causas para evasão escolar no ensino superior no curso de graduação de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) onde registrou-se uma taxa elevada de desistência no período de 2010 a 2014. Examinou o cenário da evasão escolar como um fenômeno social; desvelou essa evasão no contexto das políticas públicas educacionais, a fim de identificar os parâmetros que caracterizam a evasão e como a instituição poderia desenvolver estratégias adotadas pela UFTM para que seu índice de evasão escolar seja reduzido. Para a discussão teórica os capítulos seguem a seguinte sequência: a evasão/retenção como fenômeno da sociedade e seu conceito. Na discussão acerca da evasão escolar inserida nas políticas públicas educacionais, e os impactos para evasão no curso de Terapia Ocupacional na UFTM. No terceiro capítulo um levantamento dos dados relativos aos procedimentos metodológicos, ao caminho, por exemplo, da caracterização, da pesquisa e do cenário. No quarto capítulo será apresentado um estudo de caso dos anos entre 2010 e 2014, estes inclusos, com enfoque na descoberta de motivos e fatores contribuintes para a evasão que ocorreu neste período no curso de Terapia Ocupacional – UFTM, e verificar que medidas foram tomadas para que esse fenômeno possa ser minimizado. Por fim, nas considerações finais visa apontar caminhos que possam contribuir com algumas linhas de ação que possam minimizar os impactos gerados pelos processos de evasão de estudantes nas universidades brasileiras. Destarte, considera-se que os resultados apresentados serão capazes de apontar meios estratégicos na busca da redução de evasão/retenção experienciada no curso de Terapia Ocupacional da UFTM, por seus docentes, gestores, discentes e pelo curso em si.

Palavras-Chaves: Evasão Escolar, Terapia Ocupacional, Retenção.

RESUMEN

Las causas de la deserción escolar en la educación superior en la carrera de Terapia Ocupacional de la Universidad Federal del Triângulo Mineiro (UFTM), donde hubo una alta tasa de deserción entre 2010 y 2014. Se examinó el escenario de la deserción escolar como fenómeno social; reveló esta evasión en el contexto de las políticas públicas educativas, con el fin de identificar los parámetros que caracterizan la evasión y cómo la institución podría desarrollar estrategias adoptadas por la UFTM para que su tasa de evasión escolar sea reducida. Para la discusión teórica, los capítulos siguen la siguiente secuencia: evasión/retención como fenómeno de la sociedad y su concepto. En la discusión sobre la deserción escolar incluida en las políticas educativas públicas y los impactos en la deserción escolar en la carrera de Terapia Ocupacional de la UFTM. En el tercer capítulo, un relevamiento de datos relativos a procedimientos metodológicos, el camino, por ejemplo, de caracterización, investigación y escenario. En el cuarto capítulo, se presentará un estudio de caso de los años comprendidos entre 2010 y 2014, incluidos estos, con foco en descubrir razones y factores que contribuyeron al abandono ocurrido durante este período en la carrera de Terapia Ocupacional – UFTM, y verificar qué se tomaron medidas para que este fenómeno pueda minimizarse. Finalmente, en las consideraciones finales se pretende señalar formas que puedan contribuir a algunas líneas de acción que puedan minimizar los impactos generados por los procesos de deserción estudiantil en las universidades brasileñas. Por lo tanto, se considera que los resultados presentados podrán señalar medios estratégicos en la búsqueda de reducir la deserción/retención experimentada en la carrera de Terapia Ocupacional de la UFTM, por parte de sus docentes, directivos, estudiantes y la carrera misma.

Palabras Clave: Abandono escolar, Terapia Ocupacional, Retención.

ABSTRACT

The causes for school dropout in higher education in the Occupational Therapy undergraduate course at the Federal University of Triângulo Mineiro (UFTM) where there was a high dropout rate from 2010 to 2014. He examined the school dropout scenario as a social phenomenon; revealed this dropout in the context of public educational policies, in order to identify the parameters that characterize dropout and how the institution could develop strategies adopted by UFTM so that its dropout rate is reduced. For the theoretical discussion, the chapters follow the following sequence: evasion / retention as a phenomenon of society and its concept. In the discussion about school dropout inserted in public educational policies, and the impacts for dropout in the Occupational Therapy course at UFTM. In the third (?) A survey of the data related to the methodological procedures, the way, for example, of the characterization, the research and the scenario. In the fourth chapter, a case study of the years between 2010 and 2014 will be presented, these included, with a focus on discovering reasons and contributing factors for the evasion that occurred during this period in the Occupational Therapy course - UFTM, and verifying what measures were taken to that this phenomenon can be minimized. Finally, in the final considerations, it aims to point out ways that can contribute to some lines of action that can minimize the impacts generated by the student dropout processes in Brazilian universities. Thus, it is considered that the results presented will be able to point out strategic means in the search for the reduction of evasion / retention experienced in the UFTM Occupational Therapy course, by its teachers, managers, students and by the course itself.

KEY WORDS: School Dropout, Occupational Therapy, Retention

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de alunos que responderam ao questionário	55
Gráfico 2- Grau de satisfação com o curso	56
Gráfico 3 - Resultado do motivo da evasão	60
Gráfico 4 - Resultado do motivo do cancelamento	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações do curso de Terapia Ocupacional, conforme PPC de 2019.	44
Tabela 2 - Trancamentos, transferências do Curso de Terapia Ocupacional da UFTM, no período de 2010 a 2015.	56
Tabela 3 - Cancelamentos e Abandonos do Curso de Terapia Ocupacional da UFTM, no período de 2010 a 2015.	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial
CF - Constituição Federal
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONSUL - Conselho Universitário
COENS - Conselho de Ensino
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DNEI - Diretrizes Nacionais da Educação Infantil
DRCA - Departamento de Registro e Controle Acadêmico
GEIPEC - Grupo de Pesquisa em Ingresso, Permanência e Conclusão dos discentes nos cursos de graduação da UFTM
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
MEC - Ministério da Educação e Cultura
ORUS - Observatoire International des Réformes Universitaires
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PPC - Projeto Político Pedagógico
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDME - Plano Decenal Municipal de Educação
PDEEMG - Plano Decenal de Educação de Minas Gerais
PNEI - Política Nacional de Educação Infantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PET - Programa Especial de Treinamento
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PROACE - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Industria

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizado do comercio

SESC - Serviço Social do comercio

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SISCAD - sistema acadêmico

T.O - Terapia Ocupacional

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA.....	16
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
1.4 OBJETIVOS	18
1.4.1 Geral	18
1.4.2 Específicos	18
2. CONTEXTUALIZADO A EVASÃO/RETENÇÃO ESCOLAR ENQUANTO FENOMENO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA	18
2.1 EVASÃO ESCOLAR ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL: CONCEITOS NA REALIDADE DO BRASIL	19
2.2 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS.....	22
3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR DA UFTM: CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DO CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL	30
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	31
3.2 O CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL: SURGIMENTO E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.....	37
3.3 O CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL DA UFTM	40
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CAMINHOS DA PESQUISA: CENÁRIO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	48
4.1 CENÁRIO DA PESQUISA	49

4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	52
5. ESTUDO DE CASO DO CURSO DE TERAPIA OCUPACIONA DA UFTM: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	55
5.1 COMISSÃO ESPECIAL PARA O ESTUDO DA EVASÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	58
5.2 RESULTADOS APROXIMADOS.....	59
CONCLUSÃO	63
REFERENCIAS	66
APÊNDICE A - MEMORANDO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DOS DADOS INSTITUCIONAIS COLETADOS DURANTE A PESQUISA	73

1 INTRODUÇÃO

Deve a evasão escolar¹ ser percebida como a interrupção no ciclo de aprendizagem, e que causa prejuízos significativos ao país em seus aspectos econômicos, humanos e sociais, independente do grau de estudo. Assim, evasão escolar significa cessação por qualquer motivo, afora conclusão ou diplomação, e é distinguida por ser um processo de supressão determinada por variáveis e fatores, tanto internos quanto extrínsecos às entidades de ensino (GAIOSO, 2005).

E quando há desistência da vaga, esta se torna ociosa, sendo que, nas instituições públicas de ensino superior, o preenchimento desta dificilmente ocorre. E com esta vaga ociosa, o gasto torna-se dispendioso, pois a mesma existe e “alguém” está pagando por ela sendo muitos os fatores que levam o aluno ao abandono de seu curso.

Os estudos de Rafel e Esteban (2012) mostram indicadores de evasão no ensino superior na Espanha (20%), Alemanha (28%), Estados Unidos (35%), Colômbia (45%), Chile (50%), Itália (60%) e Argentina (50%), (PAULA, 2011). Assim, os indicadores supracitados demonstram a presença da evasão em todo o globo onde está presente a educação de nível superior.

Observa-se que no Brasil nos anos 90 constituiu-se uma Comissão Especial para o Estudo da Evasão pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Deporto (SESU/MEC, 1997), a qual compôs um trabalho a partir de diferentes perspectivas e concepções de instituições de ensino superior, na busca de se conceber uma metodologia com o propósito de contar a evasão nas instituições públicas de ensino superior. Nessa busca foram constatados problemas internos e externos que contribuem para esta evasão das universidades pelos estudantes onde o estudo arrolou os motivos que mais colaboraram com a evasão (BRASIL/MEC, 1997).

Segundo Brasil (2014) a Educação Superior no Plano Nacional de Educação (PNE), no período de 2014-2024, contém, entre suas metas, o aumento para 50% da taxa bruta de matrícula na educação superior, e para 33% a taxa líquida no que se refere a população localizada entre 18 e 24 anos, garantindo a qualidade da

¹ É a evasão escolar o ato de abandono do ensino em decorrência de qualquer motivo, deixando, assim, de frequentar as aulas. Juliana Bezerra. Bacharelada e Licenciada em História, pela PUCRJ. Especialista em Relações Internacionais, pelo Unilasalle -RJ. Mestre em História da América Latina e União Europeia pela Universidade de Alcalá, Espanha.

oferta, e expandindo para no mínimo 40% das novas matrículas no seguimento público, como estabeleceu na Meta 12, em suas 21 estratégias; a Meta 13 visa aumentar a qualidade do ensino superior, aumentando para 75% a proporção de mestres de doutores no corpo docente do conjunto do sistema de educação superior em efetivo exercício, sendo que especifica que, do total, no mínimo deverá ter 35% de docentes doutores, estabelecendo 9 estratégias para o cumprimento desta (BRASIL, 2014).

Ao examinar as metas e estratégias elaboradas para 2014-2024, é percebida uma prevalência na apreensão quanto ao ensino superior, em especial o acesso a este e seus sistemas de avaliação. A chamada democratização do acesso encontra-se associada à obrigação da manutenção dos alunos no sistema educativo, até a sua diplomação (formação).

O ensino superior brasileiro vem exibindo elevados índices de evasão nos seus cursos de graduação, com base nos dados dos últimos censos– 2010, 2011 e 2012, onde o número de matriculados foi de 6.407.733, 6.765.540 e 7.058.084, respectivamente, com o número de concluintes de 980.662, 1.022.711 e 1.056.069 e o número de ingressantes foi de 2.196.822, 2.359.409 e 2.756.773.

Esse feito é constado em entidades de ensino superior, ambas privadas e públicas, e procurar abranger suas causas têm sido parte de muitos trabalhos e pesquisas da área educacional.

A pesquisa será realizada em caráter documental por meio de análise dos dados disponibilizados pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFTM, bem como dos dados advindos de grupo de estudos sobre o tema, que se encontram no anexo IV deste trabalho, através das tabelas e gráficos que apresentam a evolução da evasão no curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

As pesquisas documentais são parecidas com a bibliográfica. A pesquisa documental:

[...] enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45).

A presente pesquisa destaca-se como descritiva, possuindo métodos e técnicas de coleta de dados pertinentes.

Para pesquisa bibliográfica será utilizado artigos, dissertações, teses no portal da Capes, Scielo, com temas concernentes a evasão escolar no período de publicação abarcado nos últimos cinco anos.

O cenário estudado será o curso de Terapia Ocupacional (T.O) da UFTM, caracterizando um estudo de caso, e possibilita aprofundamento do estudo, a fim de realçar os motivos que levam a evasão escolar.

Será também um estudo de caso, pois serão analisadas as motivações que levam a evasão no curso de T.O. da UFTM, entre os anos de 2010 e 2014, período este que teve um número alto de evasão dos discentes. Já em relação ao estudo de caso, este se conceitua como sendo um estudo exaustivo e profundo de poucos, ou até mesmo um, objetos, com fim de constituir um conhecimento detalhado e amplo deste (Gil, 2008).

Foram pesquisados os termos “evasão escolar”, “ensino superior”, “abandono de curso”, sempre voltados para a área da Educação no ensino superior. Observa-se que no presente cenário brasileiro das instituições universitárias, a evasão atinge ambas as instituições públicas e privadas. Um aumento considerável nos indicadores de deserção no ensino superior é mostrado pelo Instituto Lobo.

A deserção do ensino superior se relaciona à grande multiplicidade presente quanto ao sistema, bem como à especificidade das instituições de ensino. Quando buscadas as causas deste fenômeno, deve-se investigar o que está de fato sendo realizado a fim de aprimorar as condições acadêmicas e, conseqüentemente, melhorar o sistema de ensino.

Para a discussão teórica os capítulos seguem a seguinte sequência: no primeiro capítulo proceder-se-á a uma investigação dos principais referenciais teóricos que tratam do conceito de evasão/retenção enquanto um fenômeno social de alunos de cursos de graduação, o que permitirá a identificação das causas relatadas causadoras desse processo.

No segundo capítulo será realizado ainda uma discussão acerca da evasão escolar inserida nas políticas públicas educacionais, relacionando a problemática evasão e a efetivação de políticas públicas e os impactos para evasão.

No terceiro um levantamento dos dados relativos à situação acadêmica dos alunos que se encontram na graduação, tais como: a natureza socioeconômica, avaliação do vestibular, histórico escolar.

Ainda no terceiro capítulo será feita uma análise das dubiedades e fontes que condicionam os processos de evasão/retenção de discentes, utilizando-se de ferramentas de mineração de dados (data mining), técnicas usadas na exploração inicial de bases de dados com múltiplas associações na busca de se alcançar uma classificação dos alunos com maior probabilidade de evasão/retenção.

No quarto capítulo será apresentado um estudo de caso dos anos de 2010 a 2014 com foco no curso de Terapia Ocupacional – TO da Universidade Federal do triângulo Mineiro – UFTM descobrindo quais fatores contribuíram para a evasão no período supracitado, verificando quais foram as medidas tomadas para que esse fenômeno possa ser minimizado.

Por fim, nas considerações finais visa, apontar caminhos que possam contribuir com algumas linhas de ação que possam minimizar os impactos advindos dos processos de evasão de discentes nas universidades brasileiras.

1.1 PROBLEMA

É preciso entender o que leva um aluno a desistência do curso. Deve a evasão escolar ser percebida como o abandono do aluno que, ainda que matriculado na instituição de ensino, não frequenta as salas de aula. Muitas das vezes motivada pela necessidade do estudante de se inserir no mercado de trabalho a fim de complementar a renda de sua unidade familiar, sendo, também, essa evasão, decorrente da ausência de incentivo dos pais, dificuldade de aprendizagem, falta de interesse pelo estudo (GAIOSO, 2005).

Observa-se que é a conhecida evasão um fenômeno social complexo, definida como cessação no ciclo de aprendizado e que alguns fatores podem ser apontados como causas dessa evasão no ensino superior, sobressaem-se dentre eles: a não orientação vocacional, a falta de maturidade do estudante, dificuldades econômico-financeiras, reprovações constantes, a não perspectiva de emprego, falta de laços afetivos no ambiente universitário, a entrada na universidade por imposição familiar, nascimento de filhos e casamentos não planejados (GAIOSO, 2005).²

A evasão escolar também se encontra ligada as políticas públicas educacionais é um fato antigo e complexo, que se encontra em todos os graus de

² Gaioso, N. P. L. O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

ensino, tanto em esfera nacional como internacional (COSTA et al., 2014; FIALHO, 2014; 2008; SILVA ET AL. 2016; SILVA FILHO, 2009; SOUZA; PETRÓ; GESSINGER, 2012), o que causa perdas que comprometem tanto os indivíduos quanto as instituições e a própria sociedade. Há mais de cinquenta anos, diferentes países trabalham as políticas públicas educacionais abarcando em suas metas e propósitos a redução da evasão escolar em busca da à diminuição de seus efeitos.

No Brasil, esse fato vem acompanhando a história da educação e é reconhecida como um dos principais alvos dos Programas e Planos Educacionais, como aconteceu no ano de 2007 com o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007), que foi integrado às ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e ao Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PNE) (BRASIL, 2007). Esses instrumentos educativos consideraram que subsistemas educacionais diferentes implantassem estratégias de prevenção e monitoramento que fossem capazes de propiciar a estabilidade do aluno matriculado e a conclusão do curso pelo mesmo.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

- Quais são os motivos que levam um aluno à evasão do curso superior?
- Quais as consequências dessa evasão para a Universidade?
- O que pode ser feito para que reduzir a evasão universitária?

1.3 JUSTIFICATIVA

A literatura revela que são poucas as instituições que apresentam um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e registro das tomadas de ações bem sucedidas. Desta forma, se as instituições conseguirem trabalhar com estratégias eficientes que diminuam as vagas ociosas, e, por consequência, irá aumentar o número de profissionais qualificados e capacitados no mercado, cada vez mais concorrente e exigente.

A hipótese é que este trabalho possa dar subsídio para construção de conhecimento científico para uma temática que têm se destacado nos últimos anos, uma vez que é um aspecto relevante presente nas universidades federais. Este

trabalho irá desvelar os motivos que levam a evasão do curso de T.O da UFTM, visando apontar estratégias que a universidade junto ao curso tenha a capacidade de desenvolver, objetivando a diminuição da evasão dos discentes do curso de T.O.

Como meio de devolutiva da presente pesquisa, uma cópia da Dissertação será entregue para o departamento de curso de T.O da UFTM, bem como organizar um evento científico para devolutiva dos resultados alcançados pela presente pesquisa para a UFTM na figura de seus discentes e docentes, além de publicitar em formato de artigos científicos, para socialização dos dados e pesquisa documental, a fim de que seja usada como referência na área de estudo. Será também entregue uma cópia da dissertação para biblioteca da UFTM para os discentes, docentes e comunidade terem acesso ao material para consulta.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Gerais

- Compreender a evasão escolar enquanto fenômeno social e seu contexto, como ela está inserida em políticas públicas educacionais, e quais são os parâmetros que caracterizam a evasão.

1.4.2 Específicos

- Apontar os motivos da evasão escolar no ensino superior da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) no curso de Terapia Ocupacional;

- Identificar meios que a instituição poderá tomar no desenvolvimento de suas estratégias de redução dos níveis de evasão escolar quanto a UFTM

- Analisar como a instituição poderia desenvolver estratégias devidamente planejadas, voltadas para solucionar o problema de forma eficiente, a fim de evitar prejuízos econômicos, sociais e humanos com a ocorrência dessa evasão.

2. CONTEXTUALIZADO A EVASÃO/RETENÇÃO ESCOLAR ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA

É a evasão escolar conceituada como a descontinuação do ciclo de estudo, e que causa prejuízos importantes aos cursos e ao país, tanto no aspecto econômico quanto social e humano independentemente do nível de educação. (GAIOSO, 2005).

Já quando há efetivação da desistência da vaga, esta se torna ociosa, sendo raramente preenchida nas instituições públicas de ensino superior, e esta vaga ociosa, o gasto torna-se dispendioso. Logo a evasão escolar, e ou retenção escolar precisam ser analisados enquanto fatores e fenômenos sociais na sociedade e na realidade atual brasileira.

Na realidade em que se encontra o país atualmente, então, a evasão escolar é um fenômeno social, pois ela pode ocorrer nos diversos níveis de educação desde seu início, na educação infantil, até o ensino superior, pois estão relacionados aspectos econômicos, sociais e humanos, que independem do nível de educação. As instituições de ensino superior existem em um ambiente competitivo, sendo a viabilidade econômica fortemente ligada com os programas de permanência dos discentes.

Os estudos da Comissão Especial sobre Evasão³ de 1996, definiu três níveis de evasão, quais sejam, a evasão de curso, sendo essa a saída definitiva pelo aluno de seu curso originário, por meio de situações distintas como desistência, abandono, exclusão por norma institucional, reopção ou transferência (mudança de curso); a evasão de instituição de ensino por motivo de desligamento do estudante da instituição na qual estava matriculado; e a evasão de sistema, quando o estudante abandona o ensino superior.

Esta comissão, então, se dedicou à evasão de curso, e definiu a metodologia usada na medida da ocorrência de evasão no ensino superior como a de fluxo de alunos com gerações completas, sendo basilar os dados dos alunos ingressantes dos cursos estudados, em ano ou semestre específicos, ao longo dos anos, até o término do tempo máximo possível para integralização.

2.1 EVASÃO ESCOLAR ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL: CONCEITOS NA REALIDADE DO BRASIL

Antes de mais nada é importante compreender que a evasão pode adquirir significados diversos quando se considera o nível de evasão escolar que está sendo tratado, assim, Rangel (2019) aponta os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep):

³ A Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras será mencionada no decorrer do texto como Comissão Especial sobre Evasão.

Cabe notar que, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para categorizar empiricamente os conceitos, define-se que a taxa de evasão é a porcentagem de alunos matriculados numa determinada série ou nível de ensino, num determinado ano letivo, que não estão matriculados em nenhuma série no ano letivo seguinte; já a taxa de abandono é a taxa de alunos que abandonam o curso ao término do ano letivo. Interessante notar que esta categorização é utilizada para as informações da educação básica (censo escolar) e para educação superior (censo da educação superior) e que o mesmo cuidado (só caracterizar evasão quando o aluno sai do sistema escolar) não é atendido em muitos textos que tratam do tema. Toda essa discussão sobre o abandono / evasão está circunscrita ao fenômeno da Educação Básica. Esta, por mais que contenha sempre os mesmos elementos da tomada de decisão de deixar de frequentar o curso escolar (aqui definida como vulnerabilidade acadêmica) e não ignorando a possibilidade da decisão da evasão ser motivada por cálculos racionais (por mais que acreditemos que a frequência à escola representa um ganho de cidadania e desenvolvimento humano, nem sempre a realidade material garante esta possibilidade potencial, gerando uma descrença no sistema) ainda assim está referida, majoritariamente, a pessoas (crianças e adolescentes) que estão submetidas à compulsoriedade do ensino escolar (obrigatório e direito público subjetivo dos 4 aos 17 anos de idade) e, portanto, não permite equiparação ao conceito de evasão quando trata-se do ensino superior. O que exige uma ressignificação ou precisão teórico-conceitual (RANGEL, 2015, p. 4)

Logo, segundo o Ipea a definição de evasão se relaciona com a porcentagem de discentes com matrícula em determinado nível ou série de ensino, em determinado ano letivo, que não possuem matrícula na série ou ano letivo seguintes, conhecida essa porcentagem como taxa de evasão.

Deste modo, a evasão, então entendida como sendo o abandono de curso, por adversidades de diversas origens, ainda pode ser complexificada em todos os seus pormenores, levando-se em consideração fatores como, a título de exemplo, o fluxo nacional de alunos tramado por tais transformações.

Quando considerando a problemática da evasão em licenciaturas, em específico quanto as relacionadas a ciências naturais, a literatura adiciona a baixa remuneração, desvalorização social da carreira docente, as condições precárias de trabalho, as inadequações curriculares, e a incompreensão do perfil dos licenciandos por parte das universidades como motivos que favorecem o abandono dos cursos por seus alunos (GATTI et al., 2009).

A evasão escolar deve ser entendida como o abandono pelo estudante, que mesmo estando matriculado na instituição de ensino, deixa de comparecer nas aulas. Tal evasão é motivada na maioria das pela imprescindibilidade do aluno de ingressar no mercado de trabalho a fim de ajudar na renda familiar, além de identificação ou não pelo curso, entre outros fatores.

A evasão também ocorre pela falta de interesse do estudante pelo estudo, por sua dificuldade de aprendizagem, bem como pela falta de incentivo de seus pais, dentre outras que podem ser apontadas (GAIOSO, 2005).

Entretanto, o fenômeno da evasão ainda é pouco explorado pela literatura, entende-se ser importante seu estudo, sobretudo no aspecto de possibilitar a identificação das causas de sua ocorrência, bem como de estabelecer estratégias que auxiliem na contenção da evasão. Evasão, do latim “*evasione*”⁴, é um substantivo feminino, que se conceitua como o ato de evadir-se, de fugir, de sumiço, de escape. É a ação de abandonar algo, de se afastar do ponto em que se encontra.

É a evasão, portando, o ato de evitar, desviar, iludir, de se furtar com habilidade ou astúcia, de alterar o objetivo, de mudar de. É, em seu sentido figurado, uma resposta vaga quando se procura sair de alguma dificuldade, um subterfúgio, uma evasiva, um ardil⁵.

Ao entrar na Universidade, o aluno é confrontado com desafios e dificuldades constantes inerentes ao mundo acadêmico, sendo estas ainda condicionadas, impostas ou agravadas por fatores cognitivos, econômicos e/ou sociais, que, quando frente a concepção de ensino superior, poderão dar causa a um desencadeamento de eventos como mudanças de cursos, reprovações, retenções e evasões.

Os fatores em questão podem ser de caráter intrínseco às universidades, específicas à estrutura e dinâmica do curso ou externos a ela, associados a variáveis de caráter econômico, social, cultural ou individual, que causam interferência na vida universitária dos discentes.

São várias as causas da evasão escolar. Condições geográficas, culturais ou socioeconômicas, questões relativas aos encaminhamentos didático pedagógicos e a má qualidade do ensino das escolas, bem como da escassez de escolas em comparação com o número de alunos em idade escolar, podem ser indicadas como possíveis motivos que levam a evasão no Brasil.

Assim, é percebido que é a evasão escolar do ensino superior um fenômeno social e econômico, podendo ter características diferente se tratando do qual curso, instituição de ensino, entre outros fatores.

Vasconcelos (1996, p. 1) afirma que:

⁴ Conceito retirado do site <https://www.significados.com.br/evasao/>.

⁵ Conceito retirado do site: <https://www.significados.com.br/evasao/>

A escola brasileira não está ensinando no sentido dialético do termo: há ensino quando há aprendizagem. Prova disto são os elevadíssimos índices de reprovação, as absurdas taxas de evasão escolar ou os indicadores de qualidade de ensino (estamos entre os piores do mundo).

Lara (2003) vem corroborar a afirmação de Vasconcelos quando coloca o evento “evasão escolar” como algo que está ligado intimamente com a realidade da escola não estar preocupada em proporcionar aos seus alunos e professores a prática do acontecer das ideias, na sua produção em harmonia com os desafios concretos da vida. Tudo isso contribui conseqüentemente para o abandono da escola, além de ser aspecto social, pois está relacionado aos problemas vivenciados pelos alunos e as diversas dificuldades que levam a evadir do curso.

Cortella (2006) postula que é a educação um direito objetivo de cidadania, o que faz fortalecer o entendimento de que os paradigmas pedagógicos em execução, quando as classes trabalhadoras passam a frequentar mais amiúde as escolas, se tornam insuficientes para assegurar plenamente este direito social democrático.

2.2 EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

Lobo (2012) reafirma esta ideia do MEC quando diz que quando o aluno muda de curso, mas permanece na mesma instituição de ensino, o aluno desliga-se da universidade ao qual está matriculado, então a evasão é caracterizada (MEC, 1996). E Lobo, mais uma vez, concorda com o MEC quando afirma que quando o aluno deixa a IES por outra, mudando de universidade, ocorre esta espécie de evasão.

Evadir-se do sistema fica representado, segundo o MEC, pelo abandono, tanto definitivo quanto temporário, do estudante no ensino superior. Lobo vem complementando essa ideia colocando que esta é a evasão em que o aluno para de estudar e abandona o sistema de ensino, significando que este não mais estuda em nenhuma outra instituição superior.

No cenário da instituição universitária brasileira, a evasão atinge ambas as instituições privadas (MARTINS, 2007) como as públicas (FERNANDES et al. 2010; MOROSINI et al. 2011). O Instituto Lobo mostra um crescimento considerável nos indicadores de abandono no ensino superior, dado que foi de 22% no ano de 2005 e 37,9% no ano de 2011.

Em estudo realizado pelo INEP (2006) ficou demonstrado a ocorrência deste fenômeno em número mais elevado nas IES privadas, com índices de 53%, enquanto as públicas possuem índice de 33%. Juntas, as IES públicas e privadas abriram em 2011 3.164.679 vagas, sendo que 1.653.291 (52,2% deste total) não foram ocupadas. Neste sentido, é atribuída a rede de ensino privada maior perda, com 1.613.291 vagas ociosas, o que resultou no fato de aproximadamente 46% dos estudantes do ensino superior brasileiro não concluírem seus cursos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011).

Frente a este cenário, Veloso (2000, p. 14) assegura ser a evasão estudantil um fenômeno social complexo, universal às instituições de ensino superior na atualidade.

Este tema tem sido, nos últimos anos, objeto de análises e estudos, em especial nos países de primeiro mundo, o que demonstra tanto a universalidade de tal fenômeno como também a relativa homogeneidade de conduta em certas áreas do saber, a despeito das dissemelhanças entre as instituições de ensino e das particularidades sócio econômica cultural de cada país.

Foram encontrados diversos conceitos referentes a evasão, onde é considerada um dos maiores problemas referentes ao contexto do ensino superior, visto que se trata de um fenômeno complexo (SCALI, 2009), heterogêneo e macrossocial (BAGGI e LOPES, 2010).

É definido como a interrupção do ciclo de estudos por Gaiosó (2005), ou como a fuga de discentes por Kira (1998), a evasão escolar também possui definições diversas mais complexas, apresentadas conjuntamente com o reconhecimento da existência de mais de uma forma dessa evasão.

Tinto (2019) define a evasão escolar como sendo o movimento do aluno de abandonar a IES, em nenhum momento recebendo o diploma, ou mesmo, como sendo a interrupção do ciclo de aprendizagem, independentemente do nível de ensino (MOROSINI et. Al. 2011 apud GAIOSO 2005).

Perante este quadro, a fim de que sejam criadas e planejadas estratégias para a minimização de perdas provocadas para todos os envolvidos, em especial para a gestão universitária, pela evasão, faz-se necessário compreender tal fenômeno.

Um dos maiores teóricos do fenômeno evasão no ensino superior, Tinto (1975, 1993) introduz formas diversas de evasão. Preocupou-se em explicar sobre

as variadas interações processadas entre instituições e indivíduos, bem como a maneira que acontecem os diversos fatores resultantes em diferentes tipos de evasão.

Ele aponta ainda o fato de boa parte dos discentes não dispõem de definições claras sobre a profissão ou curso que almeja, sendo que suas intenções originais sofrem modificações diante a jornada acadêmica, levando à evasão. Reconhece também que quando o comprometimento do aluno para com seus estudos no ensino superior, com a universidade e seus objetivos pessoais, bem como alto nível de integração deste aluno com a academia, diminuem as chances de sua evasão.

A partir do trabalho de Tinto (1975), a temática 'evasão escolar' começou a ser analisado e estudado pelo viés da análise empírica sistemática, com muitos trabalhos passando a ser identificados por intermédio de suas causas regulares em diversos cursos e por múltiplas tipologias de alunos.

Em face da evasão no contexto brasileiro dos cursos de graduação, ainda são poucos os estudos que versam sobre essa matéria quanto ao ensino superior. A maioria trata do assunto sob duas vertentes; uma, considerando as razões para a deserção do sistema escolar como um todo (GOLDEMBERG, 1993; SILVA FILHO et al, 2007).

Sob essa visão, Silva Filho et al. (2007) delineiam um extenso percurso sobre os dados de evasão das IES brasileiras. Os autores ressaltam o fato das taxas de evasão de IES públicas são inferiores às das privadas, e estas taxas estão correlacionadas negativamente com a concorrência no exame vestibular. Em tal estudo, a influência sobre a decisão pessoal de evadir-se não é levada em consideração.

A segunda vertente, cunhada por avaliação de impacto busca criar um perfil do aluno evadido, identificando as causas manifestas pelos evadidos para a sua desistência do curso (CUNHA et al, 2001; ANDRIOLA et al, 2006; ANDRADE et al, 2007).

Desses estudos, foram encontrados resultados concernentes ao contexto brasileiro que destacam o baixo desempenho escolar, a falta de perspectiva na carreira, a baixa participação em atividades acadêmicas, o baixo nível de comprometimento com o curso, a falta de apoio familiar e estruturas precárias como as principais causas de evasão quanto ao ensino superior.

Tais resultados estão diretamente relacionados às instituições pesquisadas. Destarte, verifica-se que as particularidades inerentes à cada IES e seus respectivos alunos são essenciais e devem ser motivo de estudo aplicado, buscando tratar as questões restritas à instituição específica.

Polydoro (1995) informa que a evasão escolar, dentre questões apresentadas pela avaliação institucional, deveria ser destacada, uma vez que acumula prejuízos socioeconômicos e acadêmicos às IES, afetando a eficiência do sistema educacional. Ainda pontua que o desenvolvimento de programas para verificar o que motiva a saída de alunos, buscando meios para a manutenção destes em seus cursos é uma estratégia.

Essas questões aparecem no processo de auto avaliação, devendo figurar nas medidas tomadas por gestores a fim de retificar o trajeto da instituição, elevando a qualidade pretendida do ensino.

A diversidade do sistema educacional e a especificidade de cada instituição de ensino são pertinentes à deserção da educação superior. Quando buscando motivos para as causas desse fenômeno, deve-se analisar o que se encontra efetivamente implantado a fim de aprimorar as condições acadêmicas, consequentemente levando melhoras ao sistema de ensino nacional.

A avaliação institucional é um instrumento de fiscalização, controle, ajustamento e modelação com intuito de levar a uma ponderação sobre a evasão escolar no ensino superior, visto que ocorre dentro das IES, em conjunto com a comunidade acadêmica no trabalho docente, com a gestão institucional e na definição de currículo. Hoje, esta avaliação institucional encontra-se amparada na Lei nº. 10.861, de 14/4/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

De acordo com o MEC (BRASIL/MEC, 1997, p. 139), os fatores que levam à evasão estudantil no ensino superior podem ser intrínsecos ou extrínsecos, internos ou externos, ao estabelecimento de ensino, estando ligados a aspectos sócios político-econômicos, podendo ser relacionadas a diversos fatores como:

- Mercado de trabalho;
- Reconhecimento social da carreira de sua escolha;
- Qualidade do ensino recebido nos ensinos fundamental e médio;
- Conjunturas econômicas específicas;
- Dificuldades financeiras;

– Dificuldades da universidade de se atualizar perante aos avanços socioeconômicos e tecnológicos da contemporaneidade.

Os fatores extrínsecos, ou externos, à instituição são aqueles referentes a particularidades individuais do aluno, como, por exemplo, aqueles relacionados a (BRASIL/MEC, 1997, p. 137):

- Habilidade de estudo;
- Personalidade;
- Formação escolar anterior;
- Escolha precoce da profissão;
- Dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária;
- Incompatibilidade entre a atividade laboral e a vida acadêmica
- Desmotivação quanto ao curso escolhido como segunda ou terceira opção;
- Dificuldades na relação ensino-aprendizagem, ou seja: reprovações constantes ou baixa frequência às aulas;
- Desinformação a respeito da natureza do curso;
- Descoberta de novos interesses que levam à busca de nova carreira.

Fatores intrínsecos, ou internos, às instituições são aqueles tocantes aos recursos humanos, composição curricular, aspectos didáticos pedagógicos, qualidade do corpo docente, organização universitária e sua infraestrutura, quais sejam (BRASIL/MEC, 1997):

- a) Relativos a questões acadêmicas:
 - Currículos desatualizados, alongados;
 - Cadeia rígida de pré-requisitos disciplinares;
 - Obscuridade sobre o próprio projeto pedagógico do curso;
- b) Relativos a questões didático-pedagógicas:
 - Critérios impróprios de avaliação do desempenho discente;
 - Falta de formação pedagógica ou desinteresse do docente;
 - Ausência ou pequeno número de programas institucionais para o estudante, como, por exemplo, Iniciação Científica, Monitoria, Programa Especial de Treinamento (PET), entre outros;
 - Falta de cultura de apoio ao ensino de graduação (laboratórios de ensino, equipamentos de informática, etc.);
 - Inexistência de sistema público nacional que viabiliza a racionalização da utilização das vagas, impossibilitando a matrícula em duas universidades.

Planejar estratégias que combatam a evasão no ensino superior é de extrema importância, haja vista que por meio de políticas institucionais adequadas os alunos recebem apoio para a conclusão de seus estudos.

O papel essencial destas políticas institucionais reflete diretamente o controle de condutas no combate à evasão, conforme o disposto pelo MEC (1996). Percebemos, na literatura levantada, que poucas instituições dispõem de programas que possuem bases e referências metodizadas de maneira a manter controle sobre o índice de evasão.

Considerando essa premissa, o MEC (1996) identifica algumas ações que possuem o objetivo de combater a evasão: a) Realizar pesquisas com evadidos, a fim de identificar os motivos que levaram à evasão e ao abandono do curso superior; b) Identificar as tendências mais recentes de evasão; c) Comparar índices de evasão entre IES; d) Realizar pesquisas com egressos a fim de aferir o grau de satisfação com a formação profissional.

São poucas as IES que possuem e aplicam medidas de combate a evasão, como demonstram as publicações científicas, bem como afirma o MEC (1996) e opina Tigrinho (2008).

No entanto, Tigrinho (2008) aponta como complementação outras ações possíveis, exemplificando como sugestão o auxílio ao estudante que escolheu seu curso extemporaneamente; ofertar descontos em mensalidades, assim como bolsas de estudos, para alunos carentes; favorecer a integração do aluno na instituição de ensino; aplicar a interdisciplinaridade a fim de tornar seus cursos mais atraentes; adotar programas de financiamento com baixos juros; fornecer testes vocacionais a alunos em momento anterior a escolha de seu curso; modernizar as instalações da IES.

O professor Hipólito, reitor da Universidade Anhembi Morumbi, Vice-presidente Acadêmico da Laureate Brasil e curador da segunda edição do Seminário Evasão no Ensino Superior Brasileiro, afirma ser de 21 a 22% ao ano a média de evasão entre as instituições de ensino públicas e privadas brasileiras (UNIVERSIA BRASIL, 2015, p.1).

Analisando a questão em número de alunos, Hipólito informa ser o número total de estudantes hoje de cerca de 7 milhões, e a taxa de evasão representa por volta de 1,4 milhão de alunos.

Quando falando das instituições públicas, a porcentagem de evasão é menor e gira em torno de 12%. Já quando tratando das privadas, é de 25%”, informou. Entretanto, sabe-se que o número de alunos matriculados em universidades particulares é superior aos que se matriculam em instituições públicas, assim, os 25% evadidos das instituições particulares representam um número de discentes muito maior quanto aos 12% das instituições públicas (UNIVERSIA BRASIL, 2015).

Segundo o Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, algumas das questões centrais quanto à evasão dos alunos da universidade resvalam nos seguintes aspectos:

- As políticas de financiamento ao estudante limitadas, que, mesmo com o FIES e PROUNI, são insuficientes, inclusive quanto a alunos do setor público, que muitas das vezes evadem seu curso por não conseguir se manter financeiramente;

- A precocidade na escolha da profissão, uma vez que o estudante se vê obrigado a fazê-la em tenra idade, pelo meio que é estruturado e regulamentado o ensino no Brasil (cita-se como exemplos o excesso de especialização – atualmente mais de 200 – dos tipos de Cursos de Graduação de Engenharia no Brasil, ou o fato de que aqui o Curso de Direito é uma graduação de 5 anos que já garante exercício profissional ao formado após exame da Ordem, quando em alguns países este curso é uma espécie de pós-graduação);

- A dificuldade de locomoção do estudante, seja na transferência entre IES nacionais, em especial públicas, ou em tentativa de aproveitamento de créditos cursados em instituição diversa, mesmo que congênera, e, ainda, de créditos de instituições estrangeiras, indo na contramão do aplicado em países desenvolvidos, que estão unificando currículos e carreiras em blocos, como, por exemplo, ocorre no Processo de Bolonha;

- A rigidez da estrutura legal e das exigências para autorização/reconhecimento de cursos, dificultando a inovação dos projetos pedagógicos de cursos, especialmente em IES privadas, uma vez que cada Comissão de Autorização e/ou Reconhecimento defende a visão de seus integrantes, seja ela menos moderna ou inviável;

- A falta de pressionamento para efetivo combate à evasão, uma vez que a cultura acadêmica, especialmente em instituições públicas (e até de sindicatos, associações de classe e profissionais que trabalham muitas vezes pela reserva de

mercado e manutenção do *status quo*) diz que um curso nasce e responde às necessidades e visão de seus docentes;

– A legislação sobre a inadimplência no Brasil favorece o acúmulo de dívidas de alunos, bem como a evasão em IES privadas;

– A enorme quantidade de docentes despreparados para o ensino e para lidar com o aluno real, seja por falta de formação didático pedagógica ou acomodação advinda de sua estabilidade precoce (por força legal nas IES públicas e de fato nas IES privadas), somadas à dificuldade de cobrança de desempenho e desvalorização do ensino em planos e promoções de carreira docente, que valoriza quase que de maneira exclusiva a produção científica (LOBO, 2012).

Quando uma instituição de ensino superior não tem condições de manter seu discente até o encerramento do curso ocorre o fracasso institucional, que abrange a começar do professor, que não conseguiu exercer seu papel como docente, até os programas e planos implantados pela IES, por não cumprir a função institucional de formar o seu alunado (SOUZA, TOMIO, 2010). Ainda mais quando se fala de uma instituição de ensino pública, que tem, por via de regra, que formar pessoas que venham a favorecer a sociedade, o progresso e desenvolvimento.

Assim, acredita-se que somente serão encontrados resultados positivos na luta contra a evasão, a contar do momento em que as instituições, representadas por seus dirigentes, buscarem colocar em prática as sugestões mencionadas acima para que seus alunos sejam estimulados a permanecerem em seus cursos de escolha, e que haja consenso que trabalhos e políticas que, de alguma maneira, propiciem o combate desses problemas são fundamentais para diminuir a evasão do sistema e das IES.

Ainda quanto a evasão no ensino superior, Lobo (2006, p.3) aponta:

A evasão é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral. A busca de suas causas tem sido objeto de muitos trabalhos e pesquisas educacionais. A evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciaram, mas não terminaram seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. Enquanto no setor privado de 2% a 6% das receitas das instituições de ensino superior – IES – são despendidos com marketing para atrair novos estudante, nada parecido é investido para manter os estudantes já matriculados.

1. A evasão anual média, que mede a porcentagem estudantil matriculada em um sistema de ensino, em um curso, ou em uma IES, que não se matricularam no ano ou semestre seguinte mesmo não tendo se formado. Por exemplo, se existissem 100 alunos matriculados em um curso de uma IES, mas apenas 80 alunos renovaram suas matrículas no ano seguinte, assim, a evasão anual média do curso seria de 20%.

2. A evasão total mede a porcentagem estudantil que não obtiveram diploma ao final de determinado número de anos em seu curso, IES ou sistema de ensino. É este índice complemento do índice de titulação. Assim, se 100 alunos entram em um curso, mas apenas 54 se formam, o índice de titulação seria de 54%, e de evasão de 46%.

Estes dois conceitos estão interligados indiretamente, uma vez que depende das taxas de evasão anual, que não são idênticas ao longo do curso, e dos níveis de reprovação, mundialmente, verifica-se que a taxa de evasão no primeiro ano de curso é duas ou três vezes o número das taxas de evasão dos anos seguintes.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR DA UFTM: CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DO CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Este item apontará algumas discussões e reflexões acerca do fenômeno da evasão/retenção das vagas de ensino superior de universidades federais, em seus cursos de graduação, em específico o curso de Terapia Ocupacional da UFTM.

Assim, entender quais são os parâmetros que caracterizam a evasão dos alunos no Curso de Terapia Ocupacional da UFTM, Uberaba-MG e auxiliar a instituição a desenvolver estratégias devidamente planejadas, voltadas para solucionar o problema de forma eficiente, a fim de evitar prejuízos econômicos, sociais e humanos com a ocorrência da evasão.

Essa problemática acerca da evasão/ retenção impacta o curso estudado significativamente, devendo a instituição atentar-se para este fenômeno. Recomenda-se que seja definida uma política específica do curso, orientada de identificar e sanar dificuldades apontadas pelo aluno, a fim de atenuar os índices de evasão atuais.

Quando um aluno desiste de sua vaga, esta fica ociosa, e raramente será preenchida. Tendo esta vaga ociosa, o gasto torna-se dispendioso, pois a vaga existe e alguém está pagando por ela.

É preciso entender o que leva o aluno a desistência do curso. Desta forma, as instituições conseguem trabalhar com estratégias eficientes que diminuem as vagas ociosas e, por conseguinte, aumenta-se o número de profissionais qualificados e capacitados no mercado, cada vez mais concorrente e exigente.

A desistência no âmbito da educação superior é referente à grande diversidade do sistema assim como à especificidade de cada instituição. Na procura de respostas para os fatores desse fenômeno, aquilo efetivamente implementado no Curso de Terapia Ocupacional da UFTM a fim de favorecer as condições acadêmicas e, conseqüentemente, melhorar o sistema de ensino deverá ser analisado.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Faz-se necessário apresentar um breve histórico do ensino superior no Brasil, a fim de possibilitar melhor entendimento quanto as circunstâncias acerca da evasão/retenção encontradas nos cursos de graduação de universidades públicas federais.

Na década de 1920, a partir do movimento da restrita intelectualidade nacional, ocorreu a criação das primeiras universidades brasileiras, a fim de causar a modernização do sistema educacional do país, introduzindo ao Brasil a revolução que ocorreu no mundo desenvolvido durante o século XIX, qual seja, a associação da pesquisa científica com o ensino, presente em universidades americanas e europeias. Uma vez que não existiam universidades brasileiras, era necessário criá-las (MARTINS, 2002).

No governo Vargas, na década de 1930, foram criadas as duas primeiras verdadeiras universidades brasileiras: a Universidade de São Paulo, criada pelo governo estadual, e a universidade do Rio de Janeiro, criada pelo governo federal.

A constituição destas instituições não desmantelou o sistema anterior, sendo suas marcas de origem preservadas, como, em primeiro lugar, o grande valor tradicional de escolas de formação profissional, isoladas ou incluídas nas universidades, que permaneceram como referência básica para cursos de ensino superior.

Existem diversas e importantes diferenças históricas entre as universidades brasileiras e as instituições de outros países latino-americanos. São elas bem mais jovens que as instituições de ensino superior originárias em outros países da América Latina. Diferença essa que resulta da demanda do mercado, que demonstra a necessidade de formação de profissionais qualificados, fundamentalmente em áreas de Engenharias, Medicina e Direito, que, de início, se encontravam apenas nas grandes metrópoles brasileiras, sendo cidades de maior relevância econômica para o país na época (MARTINS, 2002).

Importa destacar:

O ensino superior é muito diferente hoje, em todo o mundo, do que era apenas vinte ou trinta anos atrás. Tudo é muito maior, mais complexo, mais caro, mais contraditório. Além disto, existem diferenças profundas entre culturas e sociedades. Uma palavra, no entanto — Universidade — parece permanecer constante no espaço e no tempo. A universalidade das instituições universitárias se explica, em parte pelo menos, pelo fato de que elas desempenham papéis similares em todas as sociedades, relacionados com a existência de instituições e pessoas dedicadas à criação, manutenção e transmissão da cultura escrita e sistematizada. É esta universalidade, por sua vez, que explica e justifica o interesse intelectual e a profundidade da chamada questão universitária (SCHWARTZMAN, 1987, p. 1).

Complexa e contraditória é como pode ser descrita a história das universidades no Brasil, pois recebeu influências de outras universidades internacionais, nas palavras dos autores:

Com relação ao Brasil, a história da origem das universidades é bastante complexa. Dizer que a universidade só surgiu no Brasil no início do século XX é uma meia verdade. De fato, o nome universidade só passou a ser utilizado para conjuntos de escolas superiores nessa época, bem tardia em relação ao resto do mundo ocidental. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que as universidades brasileiras fundadas nos albos do século passado não surgiram do nada. Havia já uma larga tradição de ensino superior, e foi sobre esta tradição que se constituíram as primeiras universidades no país. As universidades brasileiras foram precedidas por escolas profissionais, algumas bastante vetustas, além de academias militares e outras escolas e sociedades de tipo variado. O Brasil teve antes do século XX, desde a época colonial, algumas instituições docentes notáveis em certos aspectos. Em várias delas havia algum ensino científico ou técnico. A criação de universidades, e não mais apenas escolas superiores isoladas, só se efetivou no século XX, num fenômeno singular brasileiro. Qual terá sido a diferença em termos práticos, com relação a outros países? Não será legítimo buscar a origem de nossas universidades em instituições anteriores ao século XX, algumas com continuidade mais que secular? (BARRETOS; FIGUEIRAS, 2007, p.1).

Importa ainda apresentar a mais antiga universidade criada no mundo:

A criação da universidade europeia foi uma das grandes realizações da Idade Média. A mais antiga delas, a de Bolonha, foi fundada entre 1180 e 1190. A universidade europeia medieval se parecia mais com as escolas atenienses de Platão e Aristóteles, respectivamente a Academia

e o Liceu, anteriores à instituição alexandrina². Um dos célebres centros de ensino que veio a dar origem a uma universidade foi a Escola Catedral de Paris, onde pontificou, já no início do século XII, o filósofo Pedro Abelardo, protagonista de um dos mais conhecidos romances trágicos da Idade Média³. A universidade europeia medieval surgiu dos estudos e escolas dos mosteiros e catedrais. A palavra *Universitas* designava inicialmente a comunidade de alunos e mestres. A instituição era designada por *Studium*. Com o tempo, contudo, *Universitas* passou a adquirir a conotação que temos para universidade e *Studium* se referia a uma faculdade ou a um conjunto delas. O currículo das diversas universidades era composto das chamadas artes liberais e pela filosofia. As sete artes liberais eram divididas em duas etapas, o *trivium* e o *quadrivium*, compreendendo, no primeiro caso, a gramática, a retórica e a lógica e, no segundo, a geometria, a aritmética, a música e a astronomia. Só aqueles que concluíam o estudo das artes liberais eram admitidos ao estudo da filosofia, considerada a culminação dos estudos, ou à medicina (BARRETOS; FIGUEIRAS, 2007, p.1).

A implementação do processo de Bolonha, para Spiegl e Westphal (2008, p. 2), demonstra uma mudança de paradigmas quanto as diferenças estruturais quando comparada com as das academias que lhe precederam. Tal mudança, informam, não fora debatida antes de sua introdução, independente do envolvimento de alteração fundamental do sistema educacional universitário em cada país.

Ainda nos tempos atuais, após reformas do sistema educacional, o ingresso ao ensino superior se dá por carreiras, cada qual centrada em uma instituição, seja escola ou faculdade. A manutenção desta tradição advém da preservação de um sistema corporativo ainda existente, que interliga o diploma a uma carreira regulamentada, assim como ao monopólio do exercício de uma profissão.

Inexiste a tradição da oferta de formação geral antecedente a profissionalização no Brasil, sendo que todas as propostas de curso básico fracassaram ou sequer foram tentadas. Um exemplo de proposta fracassada fora a incluída na reforma de 1968.

Vale citar também o que é conhecido como Sistema S, pois é um conjunto de instituições corporativas, que cunho de treinamento profissional e técnico, voltado para pesquisa, assistência técnicas e social. Total de nove instituições, sendo que cada uma tem um objetivo e área de atuação como indústria, agronegócio, comércio e cooperativismo, o Senai Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Sesi Serviço Social da Indústria, Senac Serviço Nacional de Aprendizagem do comércio e Sesc Serviço Social do comércio, nas palavras de Silva:

Nota-se que as duas primeiras legislações foram editadas em pleno Estado Novo e no contexto da 2ª Guerra Mundial. Foi justamente nesse período que começou, no Brasil, a fase de substituição das importações, decorrentes muitas vezes das necessidades da guerra. Tal processo é justificado pelo fato de que era preciso satisfazer o desejo de consumo, num momento em que as importações de produtos industrializados estavam prejudicadas pelo já mencionado conflito bélico. A solução era expandir o setor industrial brasileiro e isso dependia, naturalmente, do crescimento da mão-de-obra. A criação, em 1942, do SENAI e, em 1946, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, buscava oferecer formação técnica ao trabalhador, necessidade condizente com o desenvolvimento industrial da metade do século XX. Nesse contexto, a criação do SENAI representa a decisão das indústrias em participarem do treinamento da mão-de-obra. Os cursos oferecidos pelo SENAI, sob a administração da Confederação Nacional das Indústrias, multiplicaram-se pelo país em meados do século XX e sobreviveram às reformas políticas educacionais posteriores (SILVA, 2010, p. 397).

A importância do setor privado é outra característica, herdada da Primeira República, que já incluía 43% dos discentes nas primeiras estatísticas datadas de 1933. Quanto a este aspecto, o Brasil difere dos países europeus bem quanto da América Latina, onde o ensino privado surge apenas no fim do século XX, excetuando-se as instituições confessionais.

Mesmo sendo o modelo universitário alemão a base da criação das universidades brasileiras, ele se realizou de maneira incompleta. O número das instituições universitárias aumentou lentamente, sendo a pesquisa implantada em pequena porcentagem destas, por falta de tradição bem como a não familiarização de pessoal com o trabalho científico.

Com a criação da Universidade de São Paulo – USP, este modelo vingou em São Paulo, entretanto, até o final da década de 1960 a pesquisa se limitou a um arquipélago de pequenas ilhas que se instalaram em algumas das poucas universidades brasileiras. Excetuando-se as universidades católicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, as universidades continuaram públicas e laicas.

Em consequência ao pequeno número de universidades, o ensino continuou dependente do sistema paralelo de faculdades isoladas, públicas ou privadas, voltadas com exclusividade para cursos de graduação, uma vez que as universidades não conseguiam absorver as matrículas de ensino superior em sua maioria. Ocorreu durante a década de 1960 uma nova revolução no ensino superior, iniciada na Europa, decorrente de enorme aumento da demanda deste nível de ensino, o que se repetiu no Brasil.

Em 2003 duas importantes iniciativas relacionadas ao ensino superior aconteceram. Em agosto foi organizado pela Secretaria de Ensino Superior do

Ministério da Educação (SESU/MEC) o Seminário “Universidade: porque e como reformar”, onde intelectuais palestraram para Comissões de Educação do Senado e da Câmara dos Deputados.

É de grande importância o plano de metas do PNE para o ensino superior para os próximos anos, que segue:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores (PNE, 2010).

Seguindo essa mesma direção, o MEC, com o apoio da UNESCO, do Banco Mundial e da ONG internacional *Observatoire International des Réformes Universitaires* (ORUS) realizou em novembro o Seminário Internacional “Universidade XXI: novos caminhos para a ensino superior”. Estes eventos abordaram diversos temas, que foram debatidos a fim de redefinir uma agenda para o ensino superior.

A quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, nos últimos quatorze anos se encontraram em ascensão constante, crescendo o total de 102,6%, sendo este crescimento de 108,2 % nas IES privadas e 71% nas públicas. Todavia, em 2013 ocorreu o decréscimo do setor educacional de nível superior, em cerca de 1%, totalizando 2.391 instituições: 2.090 IES privadas e 301 públicas (Sindata /Semesp | Base: Censo INEP, 2015).

Na década de 1980, a questão do ensino superior começou a ter tratamento que fez com que este ensino não ficara mais voltado apenas para a classe da elite:

Uma das principais transformações do ensino superior no século XX consistiu no fato de destinarem-se também ao atendimento à massa e não exclusivamente à elite. Num dos estudos da década de 1990, observou-se que no ensino superior, estudantes oriundos de famílias com renda de até 6 salários mínimos representavam aproximadamente 12% dos matriculados em instituições privadas e 11% em instituições públicas. Tanto no setor privado, quanto no público, a proporção de estudantes oriundos de famílias com renda acima de 10 salários mínimos ultrapassa os 60%, o que desmistifica a crença de que os menos favorecidos é que frequentam a instituição privada. Se por um lado, há um contingente expressivo de estudantes de nível superior proveniente das camadas de renda intermediária, salta à vista que os menos

favorecidos não usufruem da igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior seja ele público ou privado, não por falta de vagas ou de reforma deste, mas por problemas sociais e deficiências do ensino fundamental (MARTINS, 2002, p. 3).

Uma análise importante quanto ao acesso ao ensino superior mencionada pelos autores é acerca da questão social e econômica, pois necessárias condições por parte do Estado de garantia de acesso ao ensino público, laico e de qualidade para pensar a questão do ingresso e da permanência nos cursos de ensino superior, Martins (2002, p. 3) aponta:

Na década de 1990, a proporção de jovens entre 20 e 24 anos que ingressa no ensino superior correspondia a 11,4%, conferindo ao Brasil o 17º lugar entre os países latino-americanos, superando apenas a Nicarágua e Honduras. Não é uma posição honrosa que como se comentou não é condicionada por falta de vagas no ensino superior, mas pelo número de egressos do ensino secundário. As deficiências do ensino público fundamental têm sido supridas parcialmente pela excelente qualidade do ensino nos estabelecimentos privados. Mas, esta solução de mercado discrimina a numerosa população menos favorecida, que assim permanecerá enquanto não houver melhoria da distribuição de renda, do ensino público fundamental e mercado de trabalho mais amplo. Algumas decisões do Governo Federal procurando aumentar a oferta de vagas no ensino fundamental e os oferecimentos de bolsas escola parecem medidas pontuais apropriadas, embora por si só insuficientes.

No contexto atual (2019) da realidade brasileira, em meados dos anos 2000 ocorreu um crescimento significativo do setor educacional das políticas direcionadas para o ensino superior público, tanto pelas expansões e reestruturações, evidenciadas no país.

Dentre as várias formas de expansão no país cita-se uma série de programas compôs a política no cenário educacional do ensino superior brasileiro, visando sua expansão e reestruturação, sendo dois destes o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) (CARVALHO, 2006; BRASIL, 2007a, b).

O REUNI, surge e é implantado em 2007, destinado especificamente às universidades federais, como uma das ações consubstanciadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE), lançado pelo Ministério da Educação (MEC) no mesmo ano.

A proposta do REUNI é de ampliação de vagas, criando novos cursos de graduação e de novos campi se deu baseada na constatação de variadas problemáticas quanto as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dentre

estas, foram destacadas a ociosidade de espaços físicos, em especial no período noturno; os altos índices de evasão de alunos nos cursos de graduação; a rigidez curricular, e o descompasso com as competências demandadas pelo mercado de trabalho. Vale destacar, que além disso, um importante pilar desse programa era o aumento de vagas públicas no sistema federal de ensino superior (CARVALHO, 2006; BRASIL, 2007a).

A proposta do Reuni, visa:

A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012.

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (REUNI, 2010).

Todas estas alterações no meio das políticas educacionais podem influenciar na formação dos cursos em geral, no caso do curso de Terapia Ocupacional. No interior da terapia ocupacional, preocupação com a qualidade da formação graduada e com a determinação de padrões mínimos comuns vem sendo pauta recorrente para os profissionais e, principalmente, para os docentes da área (LOPES, 1991, 2004; HAHN; LOPES, 2003; LOPES et al., 2008).

3.2 O CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL: SURGIMENTO E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

O contexto em que surge o curso de Terapia Ocupacional no Brasil, assim como outras profissões, foi devido período pós Segunda Guerra mundial, em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) buscaram nações a fim de se constituírem como referência em reabilitação organizando treinamentos para profissionais, sendo estes compostos por programas de reabilitação (Vogel, 2002).

A história da profissão tem início formal no Brasil com esse movimento iniciado pela ONU e OMS, observando as estratégias de implantação de programas de reabilitação na América Latina recomendadas por organismos internacionais (DE CARLO, BARTALOTTI, 2001).

Logo, como mencionado, o contingente significativo de soldados enfermos consequente das duas guerras mundiais trouxe para as mulheres a possibilidade de começarem a ocupar e desenvolver nos espaços no mercado de trabalho, considerando-se que a mão de obra masculina estava em estado debilitado (PROBST, 2003).

Pela ação do cuidar ser associado à mulheres, presume-se que a Terapia Ocupacional tornou-se uma profissão de predominância feminina. Logo, o número de seus profissionais homens é reconhecidamente reduzido, o que sugere que este fato se deve por baixo interesse masculino, com relação à falta de perspectivas quanto a salários e reconhecimento profissional.

Sabe-se que historicamente, na realidade nacional e internacional, várias profissões relacionadas ao cuidado de terceiros passaram por um longo período atreladas a questão do sexo, ou seja, questões referentes ao cuidado estiveram ligadas a enfermagem, Serviço Social, entre outras.

Assim, a enfermeira Susan E. Tracy, a professora Sosan C. Johnson e a assistente social Eleanor Clarke Slagle fundaram a terapia ocupacional, inspiradas também no Movimento Arte e Artesanato, tendo visibilidade decorrente da posição social que ocupavam, conforme informa Frank (1992).

Em outras palavras, a Terapia Ocupacional como profissão teve sua origem relacionada com acontecimentos socioeconômicos e históricos da época de seu surgimento, Terapia ocupacional: uma profissão associada ao feminino, seguindo o dinamismo e a evolução desses processos, bem como do ser humano (NEISTADT; CREPEAU, 2002).

Na realidade brasileira, na década de 1950 fora constituída a gênese de variadas profissões da área da saúde, que decorreram da implantação de programas de reabilitação, advindos do movimento internacional de reabilitação.

Entre outras profissões estava a Terapia Ocupacional, com atuação na área de reabilitação física em nível técnico (SOARES, 2007). Logo, a profissão de T.O pode ser compreendida como:

Subentende-se que o perfil profissional, ou seja, ser uma profissão constituída por mulheres, também foi introjetado no Brasil. Entretanto, o perfil social, político e econômico das profissionais brasileiras, no período de implantação da profissão, era distinto daquele do contexto internacional no qual se originou e se desenvolveu a terapia ocupacional, o que exige uma breve descrição para a análise da questão do gênero feminino no Brasil. No Brasil, a partir da década de 1970, com a expansão da economia e o acelerado processo de industrialização e urbanização, intensificou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho. Tal fato manteve-se na década de 1980, mesmo com a estagnação econômica e a deterioração das oportunidades de emprego (FIGUEREDO, *et. al.*, 2019, p. 124).

O processo da criação da profissão da Terapia Ocupacional coincide com o momento histórico da introdução de mulheres em profissões femininas que demandaram maior qualificação profissional posteriormente. Tal questão relacionado a questão do sexo e gênero de desenvolveu devido ao modelo de segregação historicamente constituído, nas palavras de (FIGUEREDO, *et. al.*, 2019, p. 124).

O modelo de segregação de gênero influenciou o desenvolvimento de diversas profissões direcionadas às mulheres, como a terapia ocupacional, uma vez que requeriam a concretização de ações e papéis esperados pela mulher na sociedade. Os estereótipos associados à figura feminina, como a habilidade para “o cuidar” e para realizar tarefas que envolvessem movimentos finos associados às características de bondade infinita e paciência, constituíram qualidades exigidas para as primeiras terapeutas ocupacionais e influenciaram a questão do gênero feminino na terapia ocupacional. Na mudança no estereótipo de gênero já se iniciou, mas constitui um caminho a ser trilhado e que propicia paulatinamente uma prática mais reconhecida e valorizada.

O desenvolvimento da profissão de T.O foi evoluindo para que chegasse no atual contexto da profissão e do perfil profissional, do fazer profissional, enfim todas os elementos que formam a profissão e embasam na atualidade, logo:

Esta mudança acerca dos estereótipos da profissão tem mudado, mas ainda falta muito para que seja um curso que tanto homens e mulheres possam desempenhar tal função.

Os profissionais da atualidade podem colaborar na formação dos que virão, apresentando as potencialidades da terapia ocupacional como um todo, quebrando tabus e gerando maiores possibilidades de compartilhamento entre gêneros. Para tal, considera-se importante incluir na grade curricular a história da terapia ocupacional envolvendo a questão da participação das mulheres nessa construção e relacionando-a com os específicos contextos social, histórico e cultural. (FIGUEREDO, *et. al.*, 2019, p. 124).

A Terapia Ocupacional aborda atividades que são utilizadas no trabalho e no lazer para melhorar no desempenho positivo de pessoas no tratamento de algum transtorno mental, emocional ou social. Utilizando de tecnologias

diferenciadas o profissional promove a liberdade do indivíduo que possui alguma dificuldade na interação social.

Com a utilização de criação de planos o profissional desenvolve atividades em grupos ou individuais e seu principal campo de trabalho são instituições de promoção à saúde e reabilitação.

Pode-se apresentar como forma de tratamento a recreação, o trabalho e exercícios que por muito tempo foi utilizado na área médica. O uso da Terapia Ocupacional começou em 1940 para tratamento de doentes mentais que possuíam alguma insuficiência física e este tratamento tinha como objetivo a ressocialização.

Como forma de desenvolvimento dos pacientes eram utilizados como método exercícios, recreações conforme a adaptação de cada um e conforme houve o aumento da demanda surgiu a Terapia Ocupacional como profissão. Mas somente depois de muitos anos que esta profissão se tornou desmembrada da medicina se tornando uma atividade autônoma como parte da ciência da ocupação humana.

A maneira como os indivíduos manifestam a sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (Marx e Engels, 1998, p. 11).

Para melhor entendimento quanto a profissão denominada Terapia Ocupacional a palavra "ocupação" deve ser considerada, ela é definida no dicionário como algo que preencha ou função, possui diversos significados conforme seu sinônimo, mas no campo terapêutico ele está ligado ao controle, pode-se dizer que é o controle de seu cotidiano, se sua vida mediante atividades.

Desta forma a profissão é uma ciência da ocupação do ser humano, que trabalha produzindo atividades com fim de desempenho positivo, tanto no trabalho quanto na comunidade, que produz saúde por meio dos processos.

3.3 CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL DA UFTM

A história do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) teve início em 2006 com a elaboração do seu primeiro Projeto Pedagógico, a primeira turma de T.O da UFTM, ingressaram 30 trinta alunos.

A dinamicidade das ações de ensino-aprendizagem e o processo de aperfeiçoamento do Curso exigiram dois momentos de atualização do PPC: o primeiro em 2009 e o atual (2015).

O objetivo do curso de T.O, segundo o Projeto Pedagógico do curso de T.O de 2015:

O Curso de Terapia Ocupacional da UFTM tem seus objetivos alinhados com o desenvolvimento das habilidades e competências do egresso, a estrutura curricular proposta, o contexto educacional e o compromisso com o desenvolvimento da profissão e das ações em saúde, educação, integração social e cultura, por meio do ensino, pesquisa e extensão. Considerando a relevância da UFTM e das ações que realiza, o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional contribui com o desenvolvimento da profissão por meio, dentre outros aspectos, de ações de pesquisa e extensão à comunidade, favorecendo a atuação crítica, ética e consciente do terapeuta ocupacional no município e região, nas diversas áreas e nos diversos níveis de complexidade de atendimento. O Curso busca realizar atividades científicas, seja através da organização de eventos ou do desenvolvimento de pesquisas e publicações científicas ou técnicas, contribuindo assim com o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e de educação continuada junto aos alunos e egressos. É também objetivo do Curso de Terapia Ocupacional o desenvolvimento de ações de extensão junto à comunidade, possibilitando a interação entre teoria e prática, bem como a integração com diversas instâncias do sistema de saúde do Município de Uberaba, além de beneficiar a comunidade com ações que contribuem para o desenvolvimento da mesma. O Curso objetiva ainda possibilitar um aprendizado participativo que permita aos discentes terem um papel ativo na construção do conhecimento, a fim de que consigam estabelecer relações entre os conhecimentos construídos, aplicá-los no mundo profissional e perceberem a necessidade de atualização constante de seus conhecimentos.

O curso de T.O da UFTM têm o compromisso de uma formação pautada no desenvolvimento da profissão bem como de ações nas áreas da saúde, educação, integração social e cultura, por meio não só do ensino, mas também através da pesquisa e extensão.

O curso ainda visa buscar uma formação crítica propositivos aliados a criticidade uma formação participativa, dialógica entre docentes e discentes, além e fomentar a continua formação continuada.

Importante citar qual o perfil profissional que se espera do egresso do curso de T.O, conforme PPC (2015, p. 70):

O perfil do egresso do Curso de Terapia Ocupacional da UFTM é representado pela competência para o trabalho em equipe, inclusive, atuando como líder, sendo que para tal deverá tomar decisões, administrar recursos físicos e humanos, agindo de forma crítica, com compromisso, ética, responsabilidade, empatia, habilidade de comunicação inter e intragrupal, autonomia intelectual, capacidade de desenvolver a visão histórico-social necessária ao exercício de sua profissão, sendo um profissional capaz de compreender e intervir na realidade a fim de transformá-la. Nessa direção, o Curso tem como

proposta a formação de um profissional com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Para isso, as habilidades e competências desenvolvidas ao longo do Curso, de forma progressiva, estão em coerência com os objetivos do Curso e o perfil dos egressos, para que estes possam desempenhar um trabalho relevante na sociedade, atuando com nas diversas áreas e com alto padrão de qualidade. São trabalhadas habilidades relacionadas à compreensão das necessidades dos sujeitos e ao contexto em que estão inseridos, buscando a utilização adequada dos recursos disponíveis e desenvolvendo atitudes solidárias, cooperativas, coletivas e criativas, além da possibilidade de produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias. O egresso do Curso é formado para trabalhar com questões relacionadas à promoção da saúde e à prevenção de agravos prevalentes em pessoas com diversas faixas etárias. Pretende-se que o profissional contribua com equipes interdisciplinares, sendo incentivado a se envolver com questões sociais e utilizar o conhecimento construído no Curso para a solução de problemas, considerando aspectos socioambientais, sociais, culturais, individuais e coletivos.

Tal retrato do egresso do Curso de Terapia Ocupacional da UFTM é representado pela competência para o trabalho em equipe, na gestão, na educação, assistência, social e na saúde, possibilitando amplitude de espaços para atuação profissional.

As competências e habilidades que se vislumbra de um profissional formado no curso de T.O da UFTM:

Entende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico. As habilidades gerais a serem alcançadas pelos alunos são relacionadas à formação de um profissional da saúde que, como tal, deve agir segundo os preceitos éticos profissionais de forma crítica e com responsabilidade. Deve estar preparado para realizar ações de atenção à saúde nos diferentes níveis de atuação profissional, pensando de forma individual ou coletiva e de forma integrada em equipes multiprofissionais. O egresso do Curso de Terapia Ocupacional da UFTM precisa desenvolver competências e habilidades voltadas para a liderança e tomada de decisões, devendo ser capaz de analisar as situações como um todo e ter conhecimentos técnicos e científicos para identificar as possibilidades de resolutividade dos problemas e os limites das práticas propostas. O embasamento teórico, a capacidade de análise e de crítica das situações poderão subsidiar tais tomadas de decisão (PPC, 2015, p. 70).

Em relação à Matriz Curricular do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, verifica-se que a primeira matriz entrou em vigência no segundo semestre de 2007, a segunda matriz foi implementada em 2013, no primeiro semestre, e a atual, no segundo semestre de 2015.

A primeira reestruturação que se deu início no 1º semestre de 2013, surgiu em decorrência da utilização de modelo de matrícula por disciplinas assim como do uso do novo sistema acadêmico adotado, o SISCAD.

O novo modelo exigiu adequações na Matriz Curricular do Curso, sendo as principais mudanças: o cadastramento de disciplinas eletivas na Matriz, a inserção de pré-requisitos e com requisitos e a alteração dos nomes de determinados componentes curriculares.

Ressalta-se que entre as duas últimas Matrizes Curriculares foram dadas equivalências, sendo que todos os acadêmicos do Curso migraram para a Matriz Curricular vigente.

O Curso de Terapia Ocupacional da UFTM oferece disciplinas nas áreas de Ciências Humanas-Sociais bem como na área da Saúde, tendo uma formação abrangente, possuindo disciplinas profissionalizantes, que atuam versando sobre os fundamentos profissionais, as diversas maneiras de abordar a intervenção terapêutica ocupacional, os recursos terapêuticos e o estágio profissionalizante, ademais, também oferece atividades de pesquisa e extensão.

O profissional que gradua pela UFTM apresenta um perfil humanista, generalista, reflexivo e crítico. Ele tem capacidade de atuar em diversas áreas, quais sejam, da saúde, educação e campo social, através de intervenções individuais, grupais e ações coletivas.

A forma de ingresso no curso de T.O na UFTM pode ser pelas vias:

Sisu⁶ – O aluno que tem interesse em vagas na UFTM deve se inscrever e prestar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, obrigatoriamente.

Transferência de alunos – destinada a alunos da UFTM, de outras instituições de ensino superior (nacionais ou estrangeiras) para cursos iguais ou afins.

Portadores de Diploma de Graduação – destinado a pessoa graduada em curso superior, seja ele bacharelado, licenciatura ou tecnólogo, que deseja entrar em nova graduação na UFTM.

Reingresso – para alunos desligados de curso de graduação da UFTM que desejam retomar seus estudos UFTM, ONLINE).

O Terapeuta Ocupacional formado pela UFTM tem possibilidade de atuação nas áreas de educação, como, por exemplo, em escolas de educação especial ou ensino regular com crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem; na saúde, junto a populações com dificuldades motoras, cognitivas, emocionais e de inserção social, em Unidades Básicas de Saúde,

⁶ O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece vagas em universidades públicas sem precisar fazer o vestibular. O processo seletivo do Sisu é totalmente automatizado utiliza as notas do Enem para classificar os candidatos. A participação é gratuita e a seleção acontece duas vezes por ano. Link <https://www.guiadacarreira.com.br/educacao/vestibular/sisu/>

Centros de Reabilitação e Hospitais, com ações preventivas, promocionais e de reabilitação, e, no campo social, com prestação de serviços de assistência social e da comunidade, com populações situação de vulnerabilidade social, com a inclusão social como objetivo (UFTM, ONLINE).

Para visualizar a identificação do curso, bem como carga horária⁷, segue a Tabela 1:

Tabela 1 - Informações do curso de Terapia Ocupacional, conforme PPC de 2019.

Curso	Graduação em Terapia Ocupacional
Modalidade oferecida	Bacharelado
Título acadêmico conferido	Bacharel em Terapia Ocupacional
Modalidade de ensino	Presencial
Regime de matrícula	Semestral / por créditos
Tempo de integralização: mínimo e máximo	Mínimo: Quatro anos (oito semestres) Máximo: Seis anos (doze semestres)
Carga horaria mínima¹	CES/ CNE: 3200 horas UFTM: 3262 horas e 30 minutos ou 3915 horas/aula
Créditos mínimos	261
Número de vagas ofertadas	Trinta por semestre
Número de turmas	Uma por semestre
Turno de funcionamento	Integral
Forma de ingresso	Sistema de Seleção Unificada - Sisu, transferência e portador de diploma

O Curso de Terapia Ocupacional teve sua criação a partir das seguintes legislações específicas: - Parecer CNE/CES n.º 1.210, de 12 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional; - Resolução CNE/CES n.º 6, de 19 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional (PPC, 2015).

⁷ De acordo com a Resolução n° 001, de 09/02/2010, da Congregação da UFTM, a duração dos cursos será fixada em horas-aula (h/a). Cada h/a terá a duração de 50 minutos. O crédito acadêmico corresponde a 15 (quinze) horas/aula.

Cita-se um breve contexto da justificativa pela criação do curso de T.O na UFTM, a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional elaborado em 2015:

A Terapia Ocupacional (TO) tem sido cada vez mais conclamada a compor as mais diversificadas equipes e muito tem alcançado no que diz respeito à melhora da competência e independência funcional para a vida cotidiana, inclusão social e qualidade de vida da diversa população atendida. As áreas de atuação são diversas, tais como: - Educação: o elaborando programas de ação junto a crianças com problemas psicomotores ou de aprendizagem, consultoria colaborativa em inclusão escolar; - Saúde: o junto às diferentes populações e faixas etárias como saúde dos trabalhadores ou geriatria e gerontologia, saúde da criança e do adolescente, saúde da mulher, etc.; o realizando promoção de saúde, prevenção de agravos, recuperação e reabilitação, atuando com diferentes grupos populacionais em situação de risco e ou alteração nos aspectos: físico, sensorial, percepto-cognitivo, mental, psíquico e social; o nos diferentes níveis assistenciais (primário, secundário e terciário), bem como nas áreas de cuidado relativas à proteção social, educação e cultura; o utilizando tecnologia assistiva e acessibilidade, através da indicação, confecção e treinamento de dispositivos, adaptações, órteses, próteses e softwares; - Social: o programas de promoção e inclusão social, educação e reabilitação, conhecendo a problemática das populações que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes de inserção e participação na vida social; - Gestão: o de serviços e de políticas, de assessoria e consultoria de projetos, empresas e organizações (PPC, 2015, p. 22).

A amplitude de possibilidade de intervenção em vários campos de atuações, como educação, saúde, gestão, área social, possibilitou dar visibilidade para os profissionais nesta profissão. Considerando-se os princípios fundamentais da atenção à saúde no Brasil, que são o da integralidade, qualidade, equidade e participação social, enfatiza-se a corresponsabilidade do egresso do Curso de Terapia Ocupacional com os usuários e a comunidade.

Em relação aos suportes que os discentes recebem para permanência no curso da UFTM estes apoios são viabilizados vias políticas públicas de assistência estudantil:

Os alunos do Curso de Terapia Ocupacional da UFTM contam com programas desenvolvidos no âmbito da Instituição cujo objetivo é atender às suas diferentes necessidades. O apoio ao discente na UFTM teve início com a aprovação da Resolução n.º 002, de 31 de julho de 2008, pela Congregação da UFTM, que dispõe sobre o estabelecimento do Programa de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade que deu origem ao Núcleo de Assistência Estudantil (NAE). O NAE é responsável pela execução do Programa de Auxílios e da Atenção à Saúde aos alunos regulares da UFTM, tendo sede própria e conta com uma equipe multiprofissional composta de assistente administrativo, assistentes sociais, enfermeira, fisioterapeuta, médicos, pedagogo e psicóloga. O Programa de Auxílios visa contribuir para a permanência e a conclusão de cursos por estudantes de Cursos de Graduação e Cursos Técnicos da UFTM em condições de vulnerabilidade socioeconômica por

meio da oferta de auxílio alimentação, moradia, permanência, transporte urbano ou transporte intermunicipal (PPC, 2015, p. 65).

O programa de Assistência Estudantil tem o objetivo de atender as demandas e necessidades dos discentes que necessitam de apoio para permanência no curso e conclusão do mesmo. Porém, são diversas as questões que levam a desistência, evasão ou retenção de alunos em um curso, como já se sabe.

Outro passo importante realizado em prol da assistência estudantil foi a aprovação pela Congregação da UFTM, em 18 de março de 2010, da criação da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE).

Essa Pró Reitoria tem como objetivo concretizar a política de assistência estudantil bem como a realizar ações voltadas ao envolvimento comunitário, política essa que teve seus princípios norteadores definidos na Resolução nº. 002/2011 do Conselho Universitário – CONSU, em harmonia com o Programa Nacional de Assistência Estudantil, sendo (PPC, 2015): tal proposta defende os seguintes requisitos:

- a) Ensino público, gratuito e de qualidade;
- b) Igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de cursos presenciais da UFTM;
- c) Formação integral dos estudantes;
- d) Garantia da qualidade e democratização de serviços ofertados e prestados à comunidade discente;
- e) Liberdade de aprender, pesquisar, ensinar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- f) Orientação humanista e preparação para exercer plenamente a cidadania;
- g) Defesa da justiça social e erradicação de todas as formas de preconceito;
- h) Pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central;
- i) A assistência estudantil reconhecida como dever do Estado e como direito inalienável, incondicional e desvinculado de quaisquer aspectos meritórios dos estudantes que demonstram situação de

vulnerabilidade socioeconômica segundo critérios adotados pela Instituição.

Desta forma, as habilidades e competências adquiridas nos três primeiros anos são relacionadas à (PPC, 2015, p. 72):

- Conhecer a estrutura anatomofisiológica e cinesiológica do ser humano e o processo patológico geral e dos sistemas;

- Conhecer a estrutura psíquica e o desenvolvimento do ser humano, enfocada pelas diferentes teorias;

- Conhecer as forças sociais do ambiente, dos fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e dos movimentos da sociedade do país e seu impacto sobre os indivíduos;

- Compreender as modificações nas relações societárias e de trabalho, bem como suas consequências para as ações, analisando a estrutura conjuntural da sociedade brasileira em relação ao perfil de produção assim como da ocupação das diferentes pessoas que a compõem;

- Aprender os fundamentos históricos, filosóficos e metodológicos, bem como os diferentes modelos de intervenção do curso de Terapia Ocupacional;

- Compreender o processo de construção do fazer humano, ou seja, de como o ser humano faz suas escolhas ocupacionais, utiliza e desenvolve suas habilidades, se reconhece e reconhece a sua ação;

- Conhecer o processo saúde doença, em todas suas determinações apreciando a integração dos aspectos biológicos, sociais, psíquicos, culturais e percebendo o valor dessa integração para a vida de relação e produção;

- Conhecer as políticas sociais (de saúde, educação, trabalho, desenvolvimento social e culturais) e a inserção do terapeuta ocupacional nesse processo;

- Conhecer os problemas das populações que possuem dificuldades temporárias ou permanentes de inserção e participação na vida social e cultural;

- Identificar a influência das diferentes dinâmicas culturais nos processos de inclusão, exclusão e estigmatização;

- Conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos para que comece a desenvolver o raciocínio científico e a produção de conhecimentos de acordo com as normas colocadas;

- Conhecer, experimentar, analisar, utilizar e avaliar a estrutura e dinâmica das atividades e trabalho humano, tais como: atividades artesanais, artísticas, corporais, lúdicas, lazer, cotidianas, sociais e culturais;

- Compreender as bases conceituais das terapias pelo movimento: neuroevolutivas, neurofisiológicas e biomecânicas, psicocorporais, cinesioterápicas entre outras;

- Conhecer os princípios éticos que norteiam os terapeutas ocupacionais em relação às suas atividades de pesquisa, à prática profissional, à participação em equipes interprofissionais, bem como às relações terapeuta-paciente/cliente/usuário.

Um dos desafios, posto para o curso e os profissionais é ampliar as fronteiras de atuação visando uma maior resolubilidade de atenção à saúde, percebido como estratégia principal para mudança do modelo vigente (BRASIL, 1988).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CAMINHOS DA PESQUISA: CENÁRIO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi elaborada por meio de pesquisa documental do estudo da visão geral relativa a evasão, dados cedidos pela UFTM. Para realização da pesquisa foi necessário buscar a autorização de uso dos dados de arquivo para esta pesquisa. Após autorização de pesquisa, o setor responsável disponibilizou as informações necessárias para prosseguimento desta pesquisa, levantamento e análise dos dados.

A pesquisa foi realizada em caráter documental através de análise dos dados disponibilizados pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico DRCA a UFTM e do grupo de estudos sobre a evasão da UFTM, que se encontra no anexo IV deste trabalho, através das tabelas e gráficos que apresentam a evolução da evasão no curso de T.O. da UFTM, esta pesquisa destaca-se como descritiva, com métodos e técnicas de coleta de dados pertinentes.

Para o presente estudo, foi realizada uma busca em bases de teses e dissertações, sites de pesquisa acadêmica, por meio de palavras-chave, como: educação, ensino superior, evasão, Brasil, e para apresentar a análise de dados, utilizou-se dos dados fornecidos bem como informações pertinentes à UFTM, via Departamento de Registro e Controle Acadêmico – DRCA/UFTM.

No mais, levantamentos em livros pertinentes ao assunto e teses acadêmicas as quais podem ser visualizadas em banco de dados de Bibliotecas Virtuais de Universidades. Autores como: Natalia Gaioso (2010); Mirela Figueredo (2018); Gelya Frank (2014); Antonio Martins (2002), entre outros. Foram pesquisados os termos seguintes: evasão escolar, ensino superior, abandono de curso, sempre voltados para a área da Educação no ensino superior.

Há diversas questões epistemológicas e metodológicas a serem enfrentadas nos variados campos do saber e, por isso, a disciplina de Metodologia Científica constitui oportunidade valiosa para o fomento da investigação. Esta disciplina pode fornecer o conhecimento necessário para o trabalho individual ou em grupo e pode proporcionar uma postura crítica em relação às práticas acadêmicas próprias e de terceiros. (VIEIRA, et al, 2017, 256).

Neste sentido, o foi elaborado o presente estudo com os acadêmicos da Terapia Ocupacional da UFTM em mente, que, recebendo ou não os benefícios estudantis disponíveis para permanência na Universidade continuam evadindo.

4.1 CENÁRIO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada no âmbito da UFTM, pelos registros da Universidade.

Previamente denominada Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM, a Universidade teve sua fundação em 1953, e tornou-se Universidade Federal do Triângulo Mineiro UFTM em 2005, tendo sido reconhecida por diversos indicadores nacionais por sua dedicação ao ensino.

Os dados específicos do curso T.O. também foram retirados destas informações no referido departamento, diante da realidade do estudo feito por eles. Também foram acionadas informações junto à Coordenação do Curso de T.O.

O Comitê de Enfrentamento da evasão da UFTM constitui-se em alguns grupos de trabalho. O GTM1 - Divulgação da UFTM é um Grupo de Trabalho Multissetorial cuja finalidade é propor ações no sentido da promoção da divulgação da UFTM frente ao público externo.

O GTM2 - Processos de Seleção é um Grupo de Trabalho Multissetorial cuja finalidade é propor ações e auxiliar o Conselho de Ensino - COENS e o Conselho Universitário- CONSU, quanto aos critérios dos processos de seleção para os cursos de graduação da UFTM. O GTM3 - Regulação do Ensino.

No GTM4 - SISCAD (Sistema Acadêmico Online) o Grupo de Trabalho Multissetorial tem por finalidade identificar e propor ações no sentido do aprimoramento do SISCAD no que se refere ao registro e acompanhamento das evasões no campo dos cursos de graduação da UFTM.

O GTM5 - Monitorias, ações de nivelamento, projetos e outras ações de estímulo ao discente é um Grupo de Trabalho Multissetorial cuja finalidade é propor ações e auxiliar o COENS, na proposição de atividades de estímulo ao aluno dos cursos de graduação da UFTM para permanecerem na universidade, tais como monitoria, nivelamento, projetos de pesquisa e extensão, dentre outros⁸.

As atribuições do CONSUL:

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro é o órgão máximo da instituição. De caráter normativo, deliberativo e consultivo é competente para decidir sobre a execução da política geral da Universidade e apreciar e deliberar sobre matérias relacionadas às atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de natureza técnico administrativa. Além da representatividade da comunidade docente, discente, dos servidores técnico-administrativos, conta também com representantes da sociedade civil e egressos. O CONSU é presidido pelo Reitor da UFTM e composto por 68 vagas permanentes, além das vagas variadas correspondentes ao número de campi instalados. Conforme o disposto no estatuto da UFTM. São membros natos do CONSU o Reitor, o Vice-Reitor, o último Reitor, os Diretores de Institutos e o Diretor do Cefores. Os demais membros são eleitos por seus pares, em votação direta e secreta, salvo os representantes da comunidade externa, que são indicados pelo Conselho Social de Desenvolvimento. Os membros eleitos ou indicados têm mandato de 2 (dois) anos, salvo o representante dos discentes, com mandato de um ano, habilitando-se todos à uma reeleição (CONSUL/UFTM, ONLINE).

⁸ A Lei Complementar Nº 501, dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Link: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberaba/lei-complementar/2015/50/501/leicomplementar-n-501-2015-dispoe-sobre-o-plano-de-carreira-cargos-e-salarios-dosprofissionais-do-magisterio-da-educacao-basica-da-rede-municipal-de-ensino-deuberaba-estado-de-minas-gerais-e-da-outras-providencias>

As atribuições do COENS:

O Conselho de Ensino - COENS é um órgão consultivo e deliberativo, no que concerne às atividades de ensino de graduação e ensino básico, técnico e tecnológico, com estrita observância da legislação educacional vigente, do Estatuto e Regimento Geral da UFTM e das disposições contidas no Regimento Interno do COENS (COENS/UFTM, ONLINE).

O GTM6 - Capacitação e Condições de Trabalho Docente é um Grupo de Trabalho Multissetorial cuja finalidade é propor ao CONSU ações de capacitação e aprimoramento das condições de trabalho docente na UFTM.

O GTM7 - Assistência Estudantil é um Grupo de Trabalho Multissetorial cuja finalidade é propor ações e auxiliar o COACE e o CONSU no aprimoramento da assistência estudantil no âmbito da UFTM e o GTM8 - Infraestrutura é um Grupo de Trabalho Multissetorial cuja finalidade, alinhado ao Comitê Gestor de Infraestrutura da UFTM, é propor ações no sentido da melhoria da infraestrutura da UFTM.

Reportando-se a Eco (1998), para alguns estudiosos a ciência identifica-se com as ciências naturais ou com a averiguação em base quantitativa: uma investigação não é científica se não procede por meio de fórmulas e diagramas.

Entretanto, segundo o autor, uma pesquisa é científica quando responde aos seguintes requisitos: A pesquisa deve analisar de forma profunda um objeto reconhecível e definido, de forma que seja reconhecível pelos outros. Ela busca respostas para resolver os problemas desencadeados pelo homem no processo de preparação de novas tecnologias e cultura.

A pesquisa deve evidenciar informações recentes ou apresentar informações diferentes, beneficiando outros estudiosos. São quatro as situações elencadas como necessárias: produzir provas, informar as procedências para encontrar o achado, planejar como se deveria proceder e que tipo para descobrir outros.

Originalidade: um tema original é aquele cujos resultados têm potencialidade. Viabilidade: dentre os três, este é, sem dúvidas, considerado o mais tangível. Prazos, recursos financeiros, potencial de informações são situações que devem ser levantadas com relação à possibilidade de se fazer uma pesquisa.

Malhotra (2006, p. 100) diz ser o objetivo da pesquisa descritiva a descrição de características ou funções do mercado. A formulação prévia de

hipóteses específicas e a concepção pré-planejada e estruturada são características marcantes deste tipo de pesquisa.

É a metodologia utilizada, entre outras, os levantamentos, painéis, dados secundários e dados de observação. É realizada a fim de obter as descrições dos atributos dos grupos relevantes, estimando a porcentagem de unidades em um grupo específico, que exibe um comportamento determinado, definindo os entendimentos quanto as características de produtos, determinando o grau de associação com as variáveis de marketing.

Gil (2009) corrobora Malhotra (2006) quando indica que o principal objetivo desse tipo de pesquisa é caracterizar determinada população ou fenômeno ou a designação de relações entre variáveis.

A apresentação das informações será realizada por meio de levantamento bibliográfico; pesquisa documental, com levantamento interno de dados em uma IES pública – UFTM, com sede em Uberaba-MG, para contemplar informações sobre número de evadidos, curso de T.O. da referida IES e evolução histórica no período que compreende 2010 e 2014.

Segundo Gil (2009) os documentos oficiais, cartas, contratos, diários, filmes, gravações, reportagens de jornal ou documentos de segunda mão analisados previamente, como, por exemplo, relatórios de empresa, podem ser listados.

Os alunos evadidos do curso de Terapia Ocupacional – T.O., da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, no período compreendido entre 2010 a 2014 foram a unidade de observação correspondente ao universo de pesquisa.

4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Podemos verificar que nossa pesquisa bibliografia foi desenvolvida, pois foi por meio de informações cedidas por uma pesquisa feita internamente pela UFTM, por meio do Instituto de Ciências da Saúde – ICS, Curso de Terapia Ocupacional, Grupo de Pesquisa em Ingresso, Permanência e Conclusão dos discentes nos cursos de graduação da UFTM – Grupo de Pesquisa sobre Ingresso, Permanência e Conclusão nos Cursos de Graduação Geipec idealizado por SIPI/Pró-Reitoria de Planejamento, Comissão Permanente de Avaliação e Departamento de Tecnologia e Informática da UFTM juntamente com o

Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFTM no período de 2010 à 2014 modelo no anexo IV.

Por este motivo, através da análise dos dados da UFTM, buscou-se compreender o que está acontecendo na vida destes alunos, quais necessidades além do fator sócio econômico fazem os mesmos a desistirem de seu curso superior e como a UFTM, os docentes e a Coordenação do Curso de Terapia Ocupacional podem contribuir para que estes alunos permaneçam até à conclusão do curso.

Este fenômeno causa prejuízos tanto econômicos quanto sociais, bem como deixa de contribuir para o desenvolvimento local, afetando os envolvidos no processo de ensino aprendizagem como um todo.

É preciso identificar o que leva o aluno a desistência do curso. Desta forma, através da avaliação institucional da evasão, no Curso de TO da UFTM, compreende-se ser possível trabalhar com estratégias eficientes que reduzem as vagas ociosas e, por conseguinte, aumente-se o número de profissionais qualificados e capacitados no mercado, cada vez mais concorrente e exigente.

Esta ação se faz importante, pois o objetivo da pesquisa tem que estar muito claro e delimitado, já que os textos encontrados são de diversas naturezas. As buscas ao material foram efetuadas entre novembro de 2015 e junho de 2016, com o intuito de apreender artigos mais recentes sobre a evasão no ensino superior.

O início do trabalho de coleta foi para uma seleção das obras que apresentassem questões comuns aos nossos objetivos, com análise mais profunda das afirmações dos autores de destaque na área.

Para suporte dos dados referentes especificamente a este curso de T.O. foram buscadas informações junto ao departamento de registro e controle acadêmico da UFTM, que dispõe de um grupo de estudos sobre a evasão nos cursos da UFTM.

Os dados específicos do curso T.O. também, foram retirados destas informações no referido departamento, diante da realidade do estudo feito por eles. Também, informações foram acionadas junto à Coordenação do Curso de T.O.

Por meio destes dados, percentual de evasão do curso em específico pode ser analisado. Da mesma forma, buscou-se identificar as maiores causas que

influenciaram a evasão no curso T.O. da UFTM, buscando, se possível, analisar as variáveis relativas ao perfil dos alunos que abandonaram o curso.

A análise foi baseada nos motivos de transferência/trancamento e cancelamentos de matrículas no curso, disponibilizados em estudo da Pró-Reitoria de Ensino da UFTM e do Departamento de Registro e Controle Acadêmico, via grupo de estudo acerca da evasão na instituição, já mencionado anteriormente.

Os estudos Brasil/MEC (1997) enumeraram os fatores mais relevantes na motivação da evasão, apontando suas causas determinantes prováveis, sendo internas ou externas.

Realizado por uma IES baseada em seus dados, o estudo interno poderá ser mais detalhado, uma vez que existe a possibilidade da institucionalização de um mecanismo que acompanhe a evasão, estando os casos registrados, possibilitando o agrupamento e análise de subgrupos ou de diversas situações, como, por exemplo, abandono, cancelamento, trancamento, transferência, entre outros, e, a partir dos dados provenientes dessas análises, organizar em gráficos e tabelas demonstrativos da evolução da evasão da IES, possibilitando a busca de meios mais efetivos de combatê-la baseados nos resultados.

A evasão em uma IES pode ser medida apenas através da organização de informações já disponíveis em seus setores de registro e controle acadêmico. Existe também a possibilidade de medição de evasão em uma turma específica a fim de comparar o número de seus alunos ingressantes e o número de alunos concluintes.

A análise de documentos é permitida pela pesquisa documental, que pode receber interpretações ou relatos. Os dados quanto aos alunos evadidos do curso de Terapia Ocupacional (T.O.), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) foram buscados no período entre 2010 a 2014, a fim de dimensionar mais especificamente a questão da evasão.

Com o objetivo de apurar o índice de evasão escolar no ensino superior do curso de T.O., acima mencionado, procurou-se entender o perfil dos discentes responsáveis pela taxa de evasão, assim como os motivos que os levaram a tomar tal decisão, identificando os períodos nos quais ocorreram as maiores taxas, pesquisando a existência ou não de estratégias que o Curso de T.O. adote

para a diminuição da evasão, a fim de promover a permanência dos alunos na universidade.

A fim de auxiliar o levantamento dos motivos da saída do curso o Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) da UFTM desenvolveu um formulário específico, (Formulário para trancamento de Matrícula UFTM), para fins de análise dos fatores que mais influenciam esta decisão: Mudança de domicílio; incompatibilidade de horário; problemas pessoais e/ou profissionais; dificuldades financeiras; outros. Ainda, consta neste formulário um campo destinado a observações e/ou justificativas.

Também, apresenta-se um formulário, para esclarecimento das motivações que levaram os discentes a requererem o cancelamento do curso. A seguir apresenta-se os resultados da pesquisa feita sobre os motivos da evasão entre 2010 a 2015.

5. ESTUDO DE CASO DO CURSO DE TERAPIA OCUPACIONA DA UFTM: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

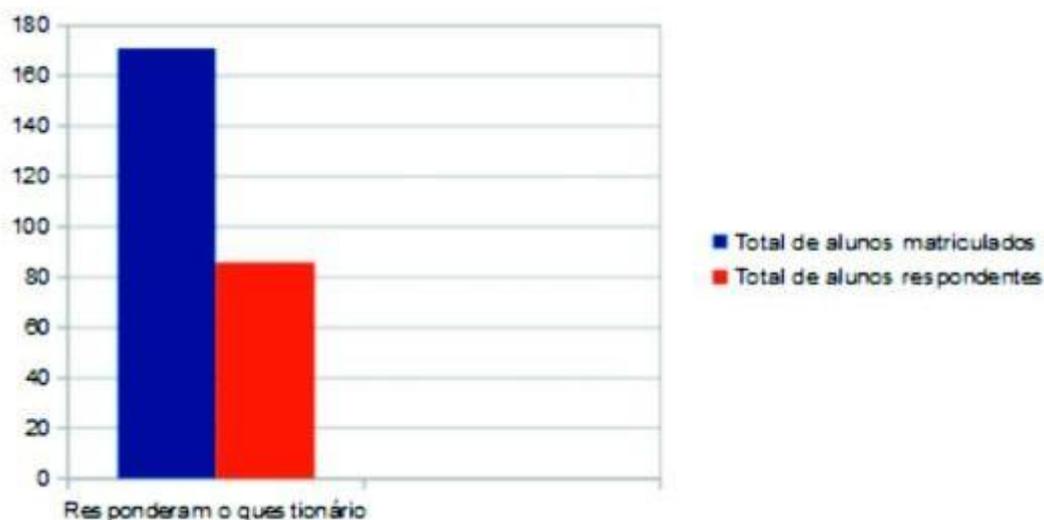
Para identificar a motivação para a desistência do curso, foi feita a avaliação institucional da evasão referente ao Curso de Terapia Ocupacional da UFTM, uma vez que se percebe a relevância da apresentação de pesquisas que mostram os reais motivos de evasão escolar, principalmente em instituições públicas, onde o ensino é gratuito.

A identificação de estratégias possibilitadoras da redução da evasão pode auxiliar muitas universidades a resolverem este problema.

Conforme o Gráfico 1, cerca de 50% dos alunos matriculados responderam ao questionário de pesquisa elaborado e cedido por uma pesquisa feita internamente pela UFTM, por meio do Instituto de Ciências da Saúde – ICS, Curso de Terapia Ocupacional, Grupo de Pesquisa em Ingresso, Permanência e Conclusão dos alunos dos cursos de graduação da UFTM – Geipec, idealizado por pelos SIPI/Pró-Reitoria de Planejamento, Comissão Permanente de Avaliação e Departamento de Tecnologia e Informática da UFTM juntamente com o Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFTM no período de 2010 à 2014 modelo no anexo deste trabalho.

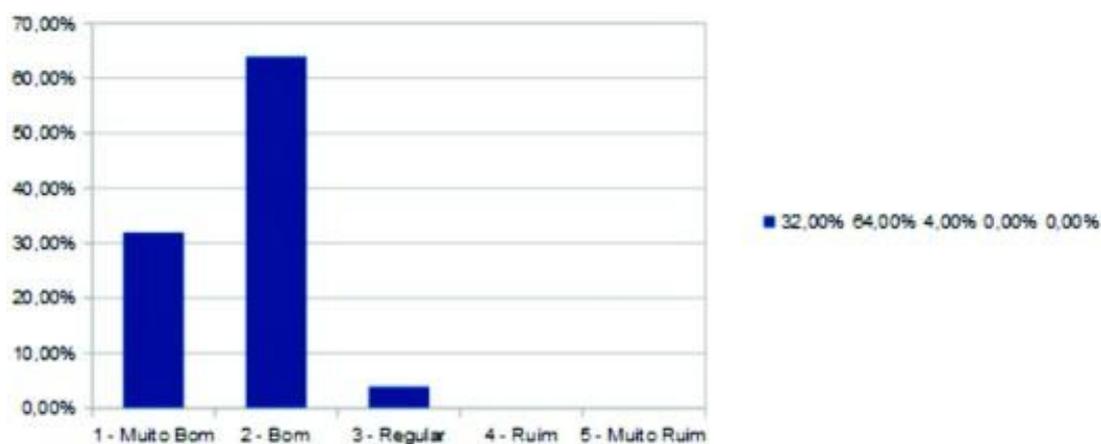
E mesmo com uma quantidade considerável de evasões os respondentes consideram o curso como "bom", de acordo com o Gráfico 2.

Gráfico 1 - Total de alunos que responderam ao questionário



Fonte: UFTM / PROENS / DRCA / Divisão de Controle Acadêmico (2015)

Gráfico 2 - Grau de satisfação com o curso



Fonte: UFTM / PROENS / DRCA / Divisão de Controle Acadêmico (2015)

Para embasar a questão da evasão, apresenta-se as Tabelas 1 e 2, que informam quanto os trancamentos, transferências e cancelamentos para o curso de T.O. da UFTM, por semestre, entre 2010 a 2015 (UFTM/PROENS/DRCA/CONTROLE ACADÊMICO, 2015).

Tabela 3 – Trancamentos, transferências do Curso de Terapia Ocupacional da UFTM, no período de 2010 a 2015.

semestre	Trancamentos							Transferências								
	M	I	P	DF	Outros			Total	M	I	P	DF	Outros			
					FE	FEST	FI						FE	FEST	FI	
2010-1																
2010-2																
2011-1	1		2				3									
2011-2			1	1			2									
2012-1	1		3				4									
2012-2		1	3				4	1								
2013-1	1	3	4	1			9									
2013-2	1	1	5				7									
2014-1			4	2			6									
2014-2			4	1			5									
2015-1			2				2									
Total	4	5	28	5			42	1								

Legenda:
Motivos de Trancamentos / Transferências

M – Mudança de Domicílio
I – Incompatibilidade de Horário
P – Problemas Pessoais e/ou Profissionais
DF – Dificuldade Financeiras
O-FE – Outros Fatores Externos
O-FEST – Outros Fatores Individuais do Estudante
O-FI – Outros Fatores Internos à instituição

Fonte: UFTM / PROENS / DRCA / Divisão de Controle Acadêmico (2015)

Na tabela 1 são apresentados os Trancamentos e as Transferências do Curso de T.O. da UFTM, fica evidenciando que no período determinado, de 2010 a 2015, o maior índice para trancamentos teve como fator principal os Problemas Pessoais e/ou Profissionais.

Considerando cada semestre, o período de 2013/2 apresentou o maior índice para trancamentos por este motivo, perfazendo um total de 28 solicitações de trancamento.

Considerando todos os motivos para trancamento, como Mudança de Domicílio, Incompatibilidade de Horário, Problemas Pessoais e/ou Profissionais, Dificuldades Financeiras, Outros Fatores Externos, Outros Fatores Individuais do Estudante e Outros Fatores Internos à Instituição, o semestre de 2013/1 foi o que apresentou maior índice, com 09 solicitações de trancamento.

As transferências contaram com somente uma solicitação, ocorrida no semestre de 2012/2, por motivo de Incompatibilidade de Horário.

Tabela 2 – Cancelamentos e Abandonos do Curso de Terapia Ocupacional da UFTM, no período de 2010 a 2015.

semestre	Cancelamentos											Total
	M	I	P	DA	DET	IPP	N	DF	Outros			
									FE	FEST	FI	
2010-1												
2010-2		1					1					2
2011-1												
2011-2							1					1
2012-1												
2012-2								1				1
2013-1		1	2				2					5
2013-2			1				3					4
2014-1							1					1
2014-2			1				4					5
2015-1							4					4
Total		2	4				15	1				23

Legenda:

Motivos de Cancelamentos

M – Mudança de Domicílio
I – Incompatibilidade de Horário
P – Problemas Pessoais e/ou Profissionais
DA – Dificuldades de Aprendizagem
DET – Dificuldades de Conciliar Estudos/Trabalho
IPP – Incompatibilidade entre Proposta Pedagógica e Expectativas
N – Necessidade de optar por curso mais adequado ao perfil pessoal
DF – Dificuldade Financeiras
O-FE – Outros Fatores Externos
O-FEST – Outros Fatores Individuais do Estudante
O-FI – Outros Fatores Internos à instituição

Fonte: UFTM / PROENS / DRCA / Divisão de Controle Acadêmico (2015)

Na Tabela 2 são demonstrados os Cancelamentos e Abandonos do Curso de T.O. da UFTM, evidenciando que no período determinado o maior índice de Cancelamentos aconteceu por Necessidade de optar por curso mais adequado ao perfil pessoal.

2014/2 e 2015/1 são os semestres que mais apresentaram solicitações de Cancelamento (04 cada), sendo 15 (quinze) o total de Cancelamentos ocorridos no período investigado. Considerando os Abandonos, 2013/1 e 2014/2 foram os semestres que mais apresentaram solicitações.

5.1 COMISSÃO ESPECIAL PARA O ESTUDO DA EVASÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A Comissão Especial para o Estudo da Evasão pela Secretaria de Educação Superior / Ministério da Educação e do Desporto (Sesu/MEC) foi constituída em 1995 pela Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação e do Desporto (SeSu/MEC). Foi então que o MEC, em conjunto com as universidades brasileiras, demonstrou maior preocupação sobre o tema.

A esse respeito, Kipnis (2000) afirmou ter a evasão de universidades brasileiras entrado nas agendas de preocupações com a educação superior governamentais

com o advento do Seminário Sobre Evasão Nas Universidades Brasileiras no ano de 1995.

Deste evento saiu a proposta feita pela SeSu da criação de uma comissão constituída por dirigentes de IFES e representantes do MEC para o estudo mais extenso do assunto evasão. Ao final do estudo desta comissão, foi apresentado um relatório, que se deu em 1997.

Uma vez que anteriormente a esta comissão os estudos eram feitos baseados em estatísticas e casos, ou ainda de cursos isolados, não refletindo a totalidade do problema nacional, não havia sugestão/conclusão de abordagens que alcançasse todas as questões intrínsecas à evasão, considerando o Brasil.

Com o estudo da Comissão, o tema foi abordado com todo o rigor necessário à uma pesquisa ampla e nacional, com metodologia e conceitos apropriados. Este favoreceu uma avaliação mais objetiva e possibilitou um diagnóstico real do problema.

A Comissão conseguiu superar as dificuldades do estudo, contando com a vontade política das IES, pois estas consideraram a relevância do assunto para fins de auxiliar no processo de melhoria do ensino das graduações.

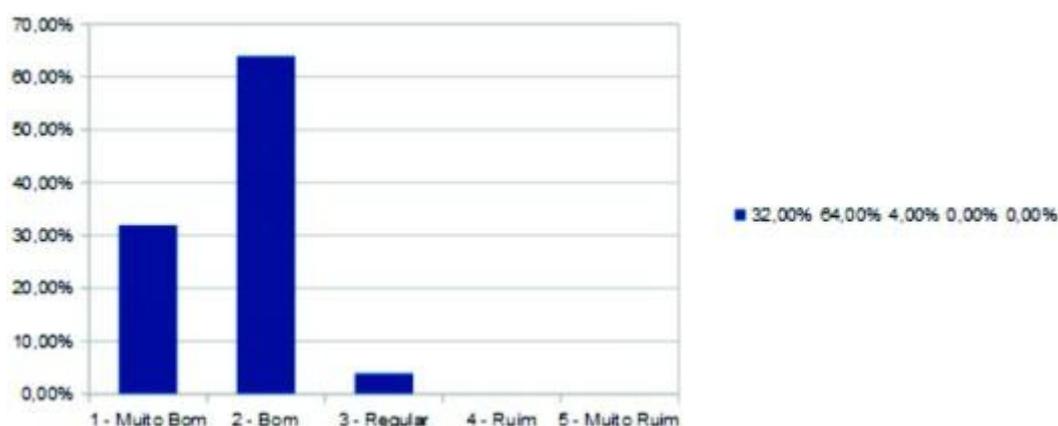
Pontuaram objetivos claros para bem definir o conceito de evasão; aplicaram tratamento e coleta de dados e metodologia equilibradas; identificaram, entre outras taxas, a de evasão dos cursos de graduação das IESP brasileiras; destacaram causas internas e externas de evasão, relativas aos aspectos inerentes à cada curso/região do país; definiram estratégias para atingirem a diminuição da evasão nas instituições de ensino superior públicas brasileiras.

Com a conclusão do estudo da Comissão, entendeu-se que cada instituição necessitaria fazer diagnóstico dos sintomas e ocorrências para que um processo mais amplo fosse alcançado, relativo à avaliação institucional. Fica claro que o interesse acadêmico é influenciado por uma série de questões interligadas e até mesmo cumulativas. Daí a necessidade de compreender o processo da evasão na instituição superior, o mais profundamente possível, para que estas instituições consigam planejar e implementar ações que diminuam o problema dos evadidos.

5.2 RESULTADOS APROXIMADOS

Através das informações colhidas e cedidas referentes às respostas do questionário de pesquisa feita internamente pela UFTM, por meio do Instituto de Ciências da Saúde – ICS, Curso de Terapia Ocupacional, Grupo de Pesquisa em Ingresso, Permanência e Conclusão dos discentes nos cursos de graduação da UFTM – Geipec, idealizado por SIPI/Pró-Reitoria de Planejamento, Comissão Permanente de Avaliação e Departamento de Tecnologia e Informática da UFTM em conjunto com o Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFTM no período de 2010 à 2014 modelo no anexo IV deste trabalho. Logo, foram encontradas definições dos fatores levantados pela comissão de estudo da instituição referida, no que concerne às causas que influenciaram a evasão dos alunos do curso de Terapia Ocupacional, entre 2010 a 2015, conforme nos gráficos 3 e 4 (UFTM, 2015).

Gráfico 3 - Resultado do Motivo da Evasão



Fonte: UFTM / PROENS / DRCA / Divisão de Controle Acadêmico (2015)

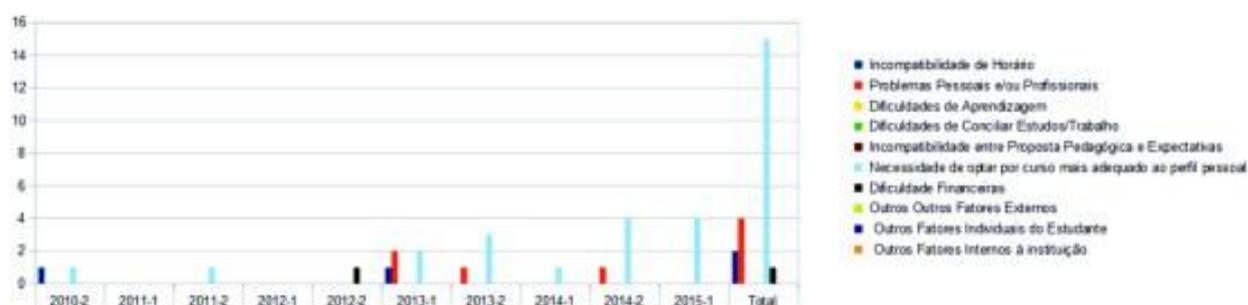
Conforme apresentam os dados do gráfico 3 acima, o motivo Problemas pessoais/profissionais ocorreu em maior incidência nos trancamentos do semestre 2013/1 (09), seguido do semestre 2013/2 (07). Nos semestres de 2010/1 e 2010/2 não houve solicitações de trancamento.

A variável Transferência não apresentou índices consideráveis, tendo ocorrido somente uma solicitação no semestre de 2012/2, devido à Incompatibilidade de Horário do aluno.

Considerando os motivos de Trancamentos declarados, a maior incidência se deu com os aspectos Problemas pessoais e/ou profissionais, seguido de Incompatibilidade de horário, mudança de domicílio, outros fatores individuais do estudante, outros fatores externos e dificuldades financeiras.

As razões para os Cancelamentos foram por ordem de incidência: Necessidade de optar por curso mais adequado ao perfil pessoal, Incompatibilidade entre proposta pedagógica e expectativas, dificuldades de conciliar estudo e trabalho, dificuldades de aprendizagem, problemas pessoais e/ou profissionais, incompatibilidade de horário, mudança de domicílio, outros fatores internos à instituição, outros fatores individuais dos estudantes, outros fatores externos, e por último, dificuldades financeiras.

Gráfico 4 - Resultado do motivo do cancelamento



Fonte: UFTM / PROENS / DRCA / Divisão de Controle Acadêmico (2015)

Concernente à variável Cancelamentos, constante no Gráfico 4 acima, demonstrou-se um equilíbrio entre os fatores Problemas pessoais/profissionais e Necessidade de optar por curso mais adequado ao perfil pessoal no período 2013-1.

A variável Necessidade de optar por curso mais adequado ao perfil pessoal, no período 2013-2, apresentou-se mais que o dobro dos Problemas pessoais/profissionais.

Em 2014, o fator Necessidade de optar por curso mais adequado ao perfil pessoal no período 2014-2 foi novamente o mais alto índice apresentado nos dois semestres.

A variável Transferências não apresentou índices; e a variável Cancelamentos foi maior no segundo semestre deste ano. Já a variável Abandonos foi três vezes maior no segundo semestre, em comparação com o primeiro.

No total de Trancamentos, em 2013, o primeiro semestre apresentou um índice um pouco maior que o segundo semestre. Não houve taxa total de Transferências neste período.

Com relação aos Cancelamentos, o primeiro semestre de 2013 também apresentou uma taxa pouco acima do resultado do segundo semestre deste ano. O mesmo se deu com o fator Abandonos.

Quanto à 2014, o primeiro semestre apresentou um índice um pouco maior que o segundo semestre. Não houve taxa total de Transferências neste período. Com relação aos Cancelamentos, o primeiro semestre de 2014 mostrou uma taxa bem menor que o resultado do segundo semestre deste ano.

O mesmo se deu com o fator Abandonos. Em setembro de 2015 o grupo de estudos sobre a evasão na UFTM registrou e divulgou as vagas disponíveis oriundas de cancelamentos, abandonos e transferências do curso de Terapia Ocupacional/UFTM, sendo que houve 24 cancelamentos, 28 abandonos e 02 transferências, perfazendo um total de 54 alunos no Campus Uberaba.

Analisando estes dados, o grupo concluiu observações a serem tomadas: desenvolvimento de módulo de controle de evasão no SISCAD (sistema acadêmico online da UFTM), alteração da logística dos trancamentos/cancelamentos, desenvolvimento de formulário eletrônico para o abandono (motivos e reingresso) estimular o preenchimento das vagas iniciais.

A partir das reuniões realizadas por este grupo, foi realizado um relatório intitulado Diagnósticos referentes à evasão e baixa atração de discentes na

UFTM, com o objetivo de criar procedimentos e regulamentação interna, que em seu item 1.1 cita: Processo de cancelamento/trancamento de matrícula do aluno.

Situação atual: quando o aluno opta por cancelar ou trancar sua matrícula, ele procura diretamente o DRCA, que deve atender seu requerimento. Implicações: a coordenação não pode realizar ações para tentar manter esse aluno. Readequação sugerida: antes da efetivação da evasão, o aluno deve passar pela Coordenação do curso, que deverá, quando for o caso, direcioná-lo para os serviços institucionais que possam minimizar seu problema.

Ainda, foi sugerida a adequação do SISCAD, para que ele apresente opções que melhor reflitam as razões da evasão dos alunos. Ainda neste relatório, com relação aos investimentos necessários, no seu item 2.1 Assistência estudantil, menciona: NAE (Núcleo de Assistência Estudantil). Situação atual: carência de profissionais no NAE e limitação do número de atendimentos diários.

Implicações: o aluno demora a ser atendido, e seu problema é agravado. Ele não consegue atendimento na rede pública e, quando não é da região, decide voltar para perto dos familiares para tratamento, gerando evasão.

No item 2.1.2, quanto aos auxílios, Restaurante universitário (RU) e alojamento, demonstram: Situação atual: alunos egressos de outras regiões não contam com alojamento. Situação atual: discentes de baixa renda, com prioridade pelo SISU, reclamam que o Restaurante Universitário cobra valores altos pela refeição, e a Unidade Abadia ainda não conta com o RU. Situação atual: número de beneficiados pelos auxílios é insuficiente, em consideração com o novo perfil de alunos priorizado pelo SISU. Há constantes atrasos nos repasses dos auxílios.

Implicações: o aluno não tem condições de se manter na Universidade.

CONCLUSÕES

Estudar acerca da temática da evasão/retenção escolar é uma problemática importante, ainda mais se tratado de um curso inserido em uma instituição pública. Esta pesquisa foi importante pois alcançou os objetivos inicialmente propostos.

Podemos confirmar que a evasão no ensino superior da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) no curso de Terapia Ocupacional onde foi registrado uma alta taxa de desistência no período de 2010 a 2014. Tal objetivo foi

possível devido a pesquisa documental e bibliográfica realizada nos arquivos do departamento de curso de T.O da UFTM.

Este estudo bibliográfico possibilitou desnudar os diversos conceitos acerca da evasão/retenção de alunos nas universidades federais no curso de T.O, além do impacto gerado nas políticas públicas educacionais.

O estudo possibilitou ainda a compreensão do fenômeno da evasão escolar inserida nas políticas públicas educacionais, o breve histórico das universidades no mundo até chegar no Brasil, bem como surge o contexto da institucionalização do curso de T.O no país. Por fim, foi realizado a caracterização do curso de T.O da UFTM, bem como o campo da pesquisa, os documentos objetos de análise como Projeto Pedagógico de Curso de T.O da UFTM, sites, história do curso, entre outros documentos.

Em nosso estudo de caso foi analisado a realidade do curso de uma única instituição que é T.O da UFTM, bem como os dados acerca da evasão/retenção dos discentes dos cursos no período de 2010-2014. Item o qual apresentou os gráficos a fim de demonstração da questão da evasão/retenção, para fins de elucidação de caminhos e possíveis estratégias para redução ou diminuição do número de discentes evadidos ou retidos no curso.

O presente estudo apurou quais são os parâmetros que caracterizam a evasão e como a instituição poderia desenvolver estratégias devidamente planejadas, voltadas para solucionar o problema de forma eficiente, a fim de evitar prejuízos econômicos, sociais e humanos com a ocorrência dessa evasão.

A fim de contribuir para a redução da evasão na UFTM no curso de T.O este estudo mostrou os reais motivos que levam os alunos de um determinado curso, neste caso Terapia Ocupacional, à evasão.

Com estes dados pode-se levar em conta que é uma amostra possível de ampliar para outros cursos e levar em consideração motivos que possam ser evitados futuramente.

Tais motivos podem ser evitados, pois pode trazer uma repercussão em relação à economia do País ainda que seja por uma universidade. Apesar de parecer um assunto simples, ele deve ser debatido na instituição e levado em pauta de reuniões do corpo administrativo da instituição para que se descubram estratégias que levem à diminuição da evasão no ensino superior.

A contribuição do presente estudo é considerada como um marco inicial importante para que os cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro possam situar separadamente seus problemas enfrentados com a evasão de alunos, através do todo do estudo da Comissão desta IFES, que trabalhou o tema evasão também de um modo geral, sobre o quadro de evasões das graduações da UFTM.

Este delineamento feito em um curso de graduação específico de nossos estudos possibilitou abandonar um tratamento mais genérico para observarmos mais empiricamente casos de discentes que se evadiram da instituição em cursos específicos.

Outro prisma de igual importância refere-se aos estudos feitos, por apresentarem possibilidades de diálogo com os estudos da Comissão da UFTM, anteriormente citados, que servirão de embasamento mais preciso com relação à continuidade da busca pela diminuição de evadidos na UFTM.

O estudo voltado para o curso específico de Terapia Ocupacional possibilitará desdobramentos das causas que levaram e levam à evasão, mais próximos aos alunos e professores. A divulgação destes resultados na comunidade UFTM em geral, bem como na comunidade do curso em específico deste estudo, também beneficiará novas reflexões acerca das temáticas emergentes, apoiando-se na importância do conhecimento aqui diagnosticado, visualizando futuras ações na evasão nos cursos de graduação da UFTM.

Entendemos que este diagnóstico que o grupo de estudos realizou sobre a evasão na UFTM deve ser transformado em um plano de ação, que deve delinear as responsabilidades e cronograma de execução de ações, no intuito de diminuir a evasão e aumentar o número de ingressantes na Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Podemos apontar com este trabalho um diagnóstico feito de maneira periódica, para que possa ser lançado um olhar qualitativo às informações numéricas prestadas aos órgãos superiores, como, por exemplo, o Censo da Educação Superior.

Nesse sentido, apresentar proposta futura ao Curso de Terapia Ocupacional é nossa pretensão com relação à adoção de medidas que venham a coibir o máximo possível os trancamentos, abandonos e cancelamentos, em ação conjunta com os docentes, discentes e corpo administrativo da instituição referida.

Desta forma, contribuiremos para que a UFTM cumpra sua função social, ao mesmo tempo se constitua em uma Universidade de referência para formação dos discentes, bem como da atuação dos docentes e técnicos administrativos.

A evasão vem sendo tema de estudos de diversos pesquisadores, pois tem aumentado no ensino superior e principalmente em universidades federais, por isso compreender as causas é de suma importância para que se evite futuras evasões.

Neste estudo buscamos atingir o objetivo de identificar os motivos da evasão no Curso de Terapia Ocupacional da UFTM, no período entre 2010 e 2014, estes inclusos, e apresentou-se algumas sugestões que podem levar a melhorias e evitar a evasão nas universidades. Entretanto tratou-se de forma objetiva e simplificada a importância de esclarecer bem as razões que levam os estudantes a evadirem o que ajudará outros pesquisadores a aproveitarem o estudo para outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**: Editora Liber Livros: Brasília, 2008. 68 p. (Série Pesquisa: Vol. 13).

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos A. L.. Origens da Universidade Brasileira. **Quím. Nova**, São Paulo , v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422007000700050&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Oct. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050>

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação

em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 maio 2006, Seção 1, p. 11.

BRASIL. **Presidência da República**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Braga, M. M.; Peixoto, M. do C. L.; Bogutchi; T. F. (2003). **A evasão no ensino superior brasileiro**: o caso de UFMG. Avaliação: Revista de rede de avaliação institucional da educação superior. Campinas, v. 8, n. 3, p. 161-189, Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Downloads/382-1404-1-PB.pdf. Acesso em: novembro de 2015.

Brasil, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse do ensino superior**. Censos de ensino superior. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: dezembro de 2015.

COSTA, A. F. et al. **Um modelo teórico e metodológico**: análise do sucesso, insucesso e abandono no ensino superior. In: COSTA, A. F.; LOPES, J. T.; CAERANO, A. (Org.). Percursos de estudantes no ensino superior: fatores e processos de sucesso e insucesso. Lisboa: Mundos Sociais, 2014.

DE CARLO, Marysia M.R.P.; BARTALOTTI, Celina C. **Caminhos da terapia ocupacional**. In: De Carlo, Mariysia M.R.P.; Bartalotti, Celina C. (Org.). Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus. p.19-40. 2001.

FORNERETO, Alana P.N.; CARRETA, Regina D. **Sobre a “generificação” de uma profissão**: percorrendo a historicidade da terapia ocupacional. Monografia (Graduação em Terapia Ocupacional) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2007.

FRANK, Gelya. **Opening feminist histories of occupational therapy**. American Journal of Occupational Therapy, v.46, n.11, p.11989-11999. 1992.

Evasão Escolar (n.d.). **In Wikipédia**. Recuperado em 21 de maio de 2014, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Evas%C3%A3o_escolar

Ferreira, N. S. A. (2002). **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em outubro de 2015.

FIGUEIREDO, Mirela de Oliveira et al . Terapia ocupacional: uma profissão relacionada ao feminino. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 1, p. 115-126, mar. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000100115&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 out. 2019.

GAIOSO, N. P. L. (2005). **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de PósGraduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200007. Acesso em: novembro de 2015.

GAIOSO, Natália Pacheco de Lacerda. **A evasão discente na educação superior no Brasil**: na perspectiva de alunos e dirigentes. 95p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília. BrasíliaDF, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Gomes, A. A. (2000). **Considerações sobre evasão escolar no ensino superior**. Nuances, v.6, p. 90 - 105.

KIPNIS, B. (2000). **A pesquisa institucional e a educação superior brasileira**: um estudo de caso longitudinal da evasão. Linhas Críticas, Brasília, v. 6, n. 11, p. 17-32.

Lima, J. B. G. (2008). **Estudo da evasão escolar do ponto de vista econômico**: O caso dosCentros Universitários Camilianos do Brasil. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, Vitória, 2008.

LOBO, R. A Educação no Brasil - 2006. In: CINDA. Educación superior en Iberoamérica. (No prelo)

LOBO, M. B. C. M. (2012). **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções..** Disponível em: <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf>. Acesso em: 10 de jun de 2015.

PAN, Livia Celegati; LOPES, Roseli Esquerdo. Políticas de ensino superior e a graduação em Terapia Ocupacional nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 457-468, 2016
<http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0704>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: <www.usp.br/cje/anexos/pierre/aideologiaalema_karlmarx_e_engels.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2013.

MARTINS, C. B. N. (2007). **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior..** 116f. Dissertação (Mestre em Administração) - Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2007.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo , v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Sept. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>.

MELLO, S. P. T. de; Santos, E. G. dos. (2012). **Diagnóstico e alternativas de contenção da evasão no curso de administração em uma universidade pública no sul do Brasil.** Revista GUAL. Florianópolis, v. 5, n. 3, p.67-80.

NEISTADT, Maureen E; CREPEAU, Elizabeth Blesedell. Willard and Spackman **Terapia Ocupacional.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. **Estud. av.**, São Paulo , v. 5, n. 13, p. 7-47, Dec. 1991 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

40141991000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 31 July 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000300002>.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, M. E. P. Os profissionais da educação infantil e a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. In: FARIA. A. L. G.; PALHARES. M. S. **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

OLIVEIRA, Maria Izete de. Educação infantil: legislação e prática pedagógica. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 27, p. 53-70, dez. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 jul. 2019.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2013.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acessado em maio de 2014.

PEIXOTO, M. C. L.; Braga, M. M.; Bogutchi, T. F. (2003). **A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG**. Avaliação-Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, vol 8, n.1.

POLYDORO, S. A. J. (2000). **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e retorno à instituição**. Faculdade de Educação – UNICAMP, (Tese de Doutorado).

PAULA, Maria de Fatima Costa de. Educação Superior e inclusão social na América Latina um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: _____ LAMARRA, Lobreto Fernandes (ORG). **Reformas e Democratização da educação superior: no Brasil e na América Latina. A evolução da mulher no mercado de trabalho** Aparecida, São Paulo. Ed. Ideias letras, 2011.

PRIM, A. L. (2013). **Motivos da evasão escolar nos cursos de ensino superior de uma faculdade na cidade de Blumenau**. E-Tech, n. especial. p. 53-72.

PROBST, Elisiana R.. **Revista Leonardo Pós**, n.2. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014. 2019.

PROJETO PEDAGOGICO DO CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL. UFTM. 2015 Disponível<

<http://sistemas.uftm.edu.br/integrado/?to=N29zTFVkdGh2bjcyeC9odGFISIRIRGthNjZ1VWY5Z1N1bIFtdTJLUmFmbDdkU0V1YzVvZEtjbkZhTyt2UFBaeXRFSnpFbEMweitJNwV6NXR3RWZBVGE2T2dYMityc3JqbVp5UitkT3Z4LzFiNFNtNHdwU2ZNRtQ0R3RCVURjenluR0hnVzE4Ynd2T0psYkdwZFUeHRpTXBUQmVDVFNyM1FZZFM1Mzd4VHpCdmZvTUU5UlprdXJKKzdVhXZkUzF1&secret=uftm>> Acesso 01 de out 2019.

RANGEL, Flaminio de Oliveira et al . Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru , v. 25, n. 1, p. 25-42, Jan. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132019000100025&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Oct. 2019. Epub Apr 25, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320190010003>.

ROMNOWSKI J. P.; Ens, R. T. (2006). **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50.

Disponível em:

<http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/aspesquisasdenominadas-dotipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf> Acesso em outubro de 2015.

SANTOS, GG., and SILVA, LC. A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa. In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 249-262. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books.

SANTOS JUNIOR, José da Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba , v. 22, n. 2, p. 385-402, ago. 2017 .

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200385&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200007>.

SPIEGL, A.; WESTPHAL, E. The Bologna Process: a challenge to the Austrian universities. In: FROMENT, E.; KOHLER, J.; PURSER, L. (Ed.). *EUA Bologna Handbook: making Bologna work*. Berlin: Raabe, 2008. p. 2-3.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. (2007). **A evasão escolar no ensino superior brasileiro**. *Caderno de pesquisa*, v.37, n.132. p. 641 – 59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>. Acesso em: dezembro de 2015.

SILVA, Luciano Pereira da. Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. *História*, Franca , v. 29, n. 1, p. 394-417, 2010 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000100022&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Oct. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000100022>.

SOARES, Lea Beatriz Teixeira. **História da Terapia Ocupacional**. In: Cavalcanti, Adriana; Galvão, Claudia. *Terapia ocupacional: fundamentação e prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. p.3-9. 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Universalidade e crise das universidades. *Estud. av.*, São Paulo , v. 3, n. 5, p. 36-49, Apr. 1989 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Oct. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000100004>.

TIGRINHO, L. M. V. **Evasão Escolar nas Instituições de Ensino Superior**.

Disponível em: < www.gestaouniversitaria.com.br/index.php/edicoes/135-173/649-evasao-escolar-nasinstituicoes-de-ensino-superior.html>. Acesso em: 15 out. 2015.

TINTO, V. (1975). **Dropout from higher education**: a theoretical synthesis of recent research Washington, *Review of Educational Research* v. 45, n. 1, p. 89-125.

TINTO, Vincent, “Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research”, *Review of Educational Research*, n. 45, pp. 89-125, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, UFTM, 2015. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/>.

VOGEL, Beatriz. L'ergothérapie au féminin: histoire d'une profession féminine dans la France du XXème siècle. Dissertação (Mestrado em História da Saúde) - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 2002.

VOGEL, Beatriz; BENETTON, Maria J.; GOUBERT, Jean-Pierre. Terapia ocupacional: história de uma profissão feminina. Revista CETO, n.7. 2002.

WFOT. World Federation of Occupational Therapies. History. Disponível em: <http://www.wfot.org/AboutUs/History.aspx>. Acesso em: 20 fev. 2014. 2012.

VIEIRA, Américo Augusto Nogueira, Clemente, Ademir, Dias, Guilherme Ataíde, & Franca Filho, Marcílio Toscano. (2017). **Metodologia Científica no Brasil**: ensino e interdisciplinaridade. *Educação & Realidade*, 42(1), 237-260.



FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES – FICS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Liana Bizinotto Tonelli

APÊNDICE A – MEMORANDO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DOS DADOS INSTITUCIONAIS COLETADOS DURANTE A PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
Laboratório Específico do Curso de Terapia Ocupacional
Av. Getúlio Vargas, 155, 123 - CE - 38275-445 - (41) 3795-6963 - laboratório@ufltu.edu.br UBERABA - MG

Mem. nº 01/2016/LabTO/ICS/UFTM

Uberaba, 23 de maio de 2016

A
Prof. Dr. Wagner Roberto Batista
Pró-Reitor de Ensino da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – PROENS UFTM

Assunto: Autorização para uso de dados institucionais em programa de capacitação

Solicito a autorização para uso dos dados referentes ao número de evasão de acadêmicos do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) em meu projeto de pesquisa de mestrado. Este, intitulado "Evasão escolar no Curso de Terapia Ocupacional na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG no período de 2010-2015" a ser realizado na Fundação Universitária Ibero-Americana (FUNIBER) durante a capacitação iniciada em 2014 com previsão de término em 2016.

Esclareço que a Instituição de Ensino na qual a capacitação vem acontecendo necessita autorização formal para utilização destes dados no projeto.

Ainda, contextualizo que a referida pesquisa contribuirá para estimular o crescimento de outras pesquisas na área de Educação, fomentando dados que poderão auxiliar a Universidade. Comprometo-me, que quando findada a pesquisa, realizar devolutiva formal a Pró-Reitoria de Ensino, na intenção de auxiliar o crescimento da instituição.

Contando com a parceria institucional coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Respeitosamente,

Liana Bizinotto Tonelli
Liana Bizinotto Tonelli
Técnica de Laboratório da UFTM
Mestranda da FUNIBER
3 3795-6333

Protocolado no PROENS
folio 0 nº 486 / 2016
no dia 21 / 5 / 16
Hax
Toniolo

Prof. Dr. Wagner Roberto Batista
Pró-Reitor de Ensino da Universidade Federal do Triângulo Mineiro